



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA- UAHis

(RE)SIGNIFICAÇÕES CRISTÃS DOS VALORES E PRÁTICAS ROMANAS NA
APOLOGIA DE TERTULIANO

TALITA ROSA MÍSTICA SOARES DE OLIVEIRA

Campina Grande – PB
SETEMBRO 2013

**(RE)SIGNIFICAÇÕES CRISTÃS DOS VALORES E PRÁTICAS ROMANAS NA
APOLOGIA DE TERTULIANO**

TALITA ROSA MÍSTICA SOARES DE OLIVEIRA

Monografia apresentada à disciplina
Elaboração de Monografia do curso História,
da Universidade Federal de Campina Grande
(UFCG), como requisito para a obtenção do
Título de Bacharela em História.

ORIENTADORA:

Prof^ª.Dr^ª.MARINALVA VILAR DE LIMA

Campina Grande

Setembro de 2013

**(RE)SIGNIFICAÇÕES CRISTÃS DOS VALORES E PRÁTICAS ROMANAS NA
APOLOGIA DE TERTULIANO**

TALITA ROSA MÍSTICA SOARES DE OLIVEIRA

Data da defesa e aprovação: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marinalva Vilar de Lima – UAHis/PPGH/UFCG

Orientadora

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó – UAHis/PPGH/UFCG

Examinado

Ms. Marivânia Gomes Diniz Macedo – PPGH/UFCG

EXAMINADORA

A meus pais, meus amores,
companheiros de luta!

A minhas mães e incentivadoras:
Socorro e Josefa (*in memoriam*)
que me concederam a graça de
desfrutar um pouco de suas
passagens por este mundo.

A Marinalva Vilar, que abraçou a
ideia com afinco, num momento de
tanta escuridão... Por sua amizade,
confiança e iluminada presença em
minha vida!

Mar Interior

Ontem me lamentei demais
Por mãos que me jogaram
Nesse espaço de astrolábios
Hoje aprendi como
Se voam as mãos
Como se vão
Como carvão nos lábios

E o homem tem de voar
Enquanto cai
Tem de alcançar
E vai

(Rubi)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores da Unidade Acadêmica de História, que tanto contribuíram para meu crescimento acadêmico.

Aos colegas da Coordenação de graduação, servidoras técnico-administrativas, Rosângela e Ana.

À Wellington, pelas longas conversas; Socorro e à Jeo pelo companheirismo, paciência e auxílio nas tarefas, enfim, a todos os funcionários da secretaria da Unidade por tornar o trabalho mais leve e agradável.

Aos companheiros de gestão do Centro Acadêmico de História e aos alunos do curso de graduação, por acreditarem que a mudança através da militância no movimento estudantil é possível, e por construírem, junto conosco a luta por uma educação pública de qualidade.

Aos integrantes da banca, professores Alarcon Agra do Ó e Marivânia Gomes Diniz Macêdo, por aceitarem participar deste momento que marca o fechamento de um ciclo de minha profissionalização. Agradeço-lhes a disponibilidade e interlocuções.

Aos alunos e amigos do curso de aperfeiçoamento em *Educação para as relações étnico-raciais*, pelo incentivo e parceira ao longo de um ano de convivência que tivemos.

A minha orientadora Professora Marinalva Vilar de Lima, por suas intervenções indispensáveis, pelo total apoio e incentivo, e seu clássico conselho “*é pra frente que se anda*”, fazendo-me enxergar um mundo de possibilidades.

A professora Michelly Pereira de Sousa Cordão pelas orientações nos períodos iniciais desta pesquisa, obrigado pelas contribuições e por ter me ajudado a organizar a ideia tornando o tema possível.

Aos colegas de trabalho do curso de etnias, e em especial a Juliene Vieira Câmara que dividiu comigo as loucuras e desequilíbrios que se impõem no momento da elaboração da monografia, obrigada por seu apoio.

Agradeço a meus pais pelo carinho e incentivo, que ao longo desta trajetória compreenderam minhas ausências, obrigada pela confiança e respeito diante das escolhas que fiz ao longo do curso.

A meus irmãos e aos demais membros de minha família pelo carinho, e torcida mesmo que a distância.

Aos amores, os eternos, os ausentes, os por hora presentes, por tornarem a vida mais leve.

Aos amigos, pelas conversas, conselhos, incentivos, e momentos “bacantes” que foram fundamentais para o alívio das tensões e organização das ideias ao longo dessa história.

A todos os que influenciaram direta ou indiretamente na elaboração deste trabalho.

RESUMO

A monografia analisa a escrita de Tertuliano, teólogo africano do século II, considerando as articulações entre a obra, autor e contexto histórico, bem como as interações feitas pelo autor com outras produções e discursos da época. Tem como fonte principal de análise a obra *Apologeticum* (Apologético), redigida pelo escritor latino por volta do ano de 197 durante o governo de Septímio Severo. Estuda as contribuições de Tertuliano no processo de construção de uma identidade para o cristianismo em sua fase inicial, que posteriormente influenciou todo o pensamento cristão ocidental. Neste sentido, examinamos as semelhanças e diferenças entre os mecanismos de legitimação de uma “moral cristã”, marcada pela apropriação e (re)significação dos valores morais dos antigos, problematizando os discursos de Tertuliano a partir do diálogo com escritores clássicos e estudiosos contemporâneos que nos permitem compreender o jogo de alteridade presente nas relações entre os dois modelos de “moral” existentes neste contexto histórico.

Palavras-Chave: Cristianismo primitivo, Tertuliano, Identidade, Moral.

ABSTRACT

The monograph analyzes the writing of Tertullian, an African theologian of the second century, considering the articulations between the work, author and historical context, as well as the interactions made by the author with other productions and discourses of the time. Its main source of analysis is the work *Apologeticum* (*Apologetic*), written by the Latin writer around the year 197 during the government of Septimius Severus. It studies Tertullian's contributions in the process of building an identity for Christianity in its initial phase, which later influenced all Western Christian thought. In this sense, we examine the similarities and differences between the mechanisms of legitimation of a "Christian morality", marked by the appropriation and (re)signification of the moral values of the ancients, problematizing Tertullian's discourses from the dialogue with classic writers and contemporary scholars who allow us to understand the play of alterity present in the relations between the two models of "morals" existing in this historical context.

Key-words: Early Christianity, Tertullian, Identity, Moral

SUMÁRIO

1 – Introdução	12
2 – Analisando o <i>Apologeticum</i>	18
3 – Tertuliano e os <i>Exempla</i>: A construção da identidade cristã	36
4 – Considerações Finais	51
5 – Fontes	53
6- Bibliografia	54

Epígrafe para um Livro Condenado

Leitor pacífico e bucólico,
Homem de bem, austero e lhano,
Joga fora este sartuniano
Livro, orgíaco e melancólico.

Se não herdaste o dom hipnótico
De Satã, o astuto decano,
Irias ler-me por engano,
Ou me terias por neurótico.

Mas se, teus olhos piscar,
Do Abismo os horrores conheces,
Lê-me afinal que me hás de amar;

Alma curiosa que padeces
E buscas no Éden teu abrigo,
Tem dó de mim... Ou te maldigo!

Charles Baudelaire.

INTRODUÇÃO

O contexto das perseguições aos cristãos, sem dúvida, se configura num dos temas mais relevantes do período do cristianismo primitivo. Entre os escritores cristãos que a abordaram está Quinto Séptimo Florens Tertuliano, seus escritos serviram de base para a literatura cristã, não apenas nos séculos II e III, mas influenciaram a teologia elaborada por importantes pensadores cristãos da Idade Média, a exemplo de Santo Agostinho (séc. V).

Tertuliano era advogado, natural de Cartago, e viveu num período marcado por um intenso dinamismo político-cultural, haja vista ter sido a África do Norte uma região de grande importância econômica e geopolítica para os romanos, tendo sido incorporada aos seus territórios desde as guerras púnicas (séc. III e II a. C.), quando Roma e Cartago disputavam a hegemonia do Mediterrâneo Ocidental. No campo da cultura, a região norte – africana, destacou-se por desenvolver uma grande produção de cultura escrita em latim, seja por autores tradicionais como Apuléo, seja por escritores cristãos como Lactânio, Cipriano, Agostinho e o próprio Tertuliano. (BUSTAMANTE, 2006).

As regiões colonizadas por Roma, a exemplo de Cartago, passaram por um processo de romanização, no sentido de ser organizada política e economicamente por inspiração na capital do império. Influência que se efetiva também nas mentalidades e comportamentos adotados pelas populações nas províncias do norte da África, em especial as cartaginesas.

Cartago, considerada a capital norte - africana do império romano, viveu com mais intensidade a latinização, principalmente neste período que é marcado por importantes mudanças, sendo nomeado como de transição (séculos II e III). Contexto em que vai se dá a ascensão de um africano, Septímio Severo, ao governo romano; a extensão da cidadania romana às regiões provinciais, mediante o edito de Caracala em 212; além das transformações infraestruturais da cidade tais como, a construção de templos, estradas, monumentos e a criação de espaços de sociabilidade para a população e etc. Nesta região da África foram encontrados vários vestígios arqueológicos desses edifícios, a exemplo de edificações como Anfi-teatro, teatro, circo, casas de banho, espaços que possibilitavam as interações culturais entre variadas ordens sociais em convívio na sociedade da época (BUSTAMANTE, 2006).

A religião, forte componente da vida cívica, era patrocinada pelas elites locais que tinham como dever, proporcionar as cerimônias e os espetáculos, garantindo o entretenimento e promovendo a solidariedade da comunidade a partir da prática do

evergetismo (VEYNE, 1993). Na África do norte, deuses oficiais romanos eram cultuados, Júpiter, estava relacionado às cidades com relação aos aspectos da vida política e militar; Saturno e as festas a ele dedicadas, as famosas Saturnais que ocorriam ao final de cada ano, era uma das mais populares; patrociná-las era uma forma dos ricos ostentarem suas riquezas e obterem as graças do povo, uma vez que, o acesso aos espaços públicos, os banquetes, os banhos, o prazer dos espetáculos era um direito dos cidadãos romanos. (BUSTAMANTE, 2006).

É neste contexto que surge Tertuliano, e insere-se numa tradição de escritores apologistas que, diante das tensões surgidas do confronto entre a prática da religião cristã e os costumes tradicionais, buscam defender a imagem do cristianismo frente aos que não concordam com seu culto. Ao analisarmos a obra *Apologeticum*, vemos sua tentativa de forjar uma identidade coletiva através da reafirmação contundente das verdades cristãs e da produção de modelos a serem adotados por seus seguidores.

Nesta obra, escrita num período marcado por perseguições ao cristianismo, Tertuliano atua como advogado em defesa dos cristãos e rebate as acusações feitas por representantes do império romano, que colocavam os cristãos como inimigos do império, por não prestarem culto aos deuses, não prestarem homenagens ao imperador, entre outras denúncias. Para isto, Tertuliano faz a sua defesa, buscando elementos na história, nas práticas religiosas e culturais dos romanos para legitimar as doutrinas pregadas pelo cristianismo e suas práticas.

Sendo advogado de formação e possuidor de excelente retórica, Tertuliano busca argumentos dentro das próprias leis romanas para garantir aos cristãos o direito de defesa. O autor afirma que um dos motivos pelos quais os cristãos foram perseguidos pelo governo foi à *ignorância* dos acusadores que, por desconhecerem e não investigarem a doutrina cristã faziam tais afirmações:

Magistrados do Império Romano:

Se, sendo constituídos para a administração da justiça em vosso elevado Tribunal, sob olhares de todos os cidadãos, ocupando ali a mais elevada posição do Estado, vós não podeis abertamente inquirir ou perscrutar, diante de todo o mundo, a verdade real com respeito às perseguições feitas contra os Cristãos. [...] A verdade não tem como apelar para vos fazer verificar sua condição, porque isso não promove vossa curiosidade por ela. Ela sabe que é senão uma transeunte na Terra, e que entre estranhos, naturalmente encontra inimigos. E, mais do que isso, sabe que sua origem, sua habitação natural, sua esperança, sua recompensa, sua

honra estão lá em cima. Uma coisa, enquanto isso, ela deseja ansiosamente dos governantes terrestres: não ser condenada sem ser ouvida. Que dano pode causar às leis- supremas em seu poder- conceder-lhe ser ouvida? Absolutamente nada lhe prejudicaria e sua supremacia não seria mais distinguida a condená-la, mesmo depois que ela apresentasse sua defesa? Mas se for pronunciada sentença contra ela sem ser ouvida, ao lado do ódio de uma injusta ação, vós incorreis na suspeita merecida de assim agirdes com alguma intenção injusta, como não desejando ouvir o que vós não estais capacitados a ouvir e a condenar. (TERTULIANO, *Apologético I*).

Levando o debate para a esfera intelectual como uma das estratégias de defesa, Tertuliano coloca que a falta de conhecimento sobre o cristianismo é que levava os magistrados a acreditarem nas acusações, afirmando que se conhecessem de fato os princípios da religião, não dariam crédito a tais denúncias, levando a discussão retoricamente para o campo do conhecimento, Tertuliano visava convencer racionalmente os governantes (OLIVEIRA, s/d, p.7– http://poshitoria.ufg.br/uploads/113/original_18_EduardoOliveiraAConstruçãodaImagemDo.pdf).

Os cristãos eram acusados de oferecerem crianças em sacrifício a seu Deus, de manterem relações incestuosas, de cometerem homicídios, de serem imorais, e não reverenciar os deuses tradicionais e o imperador. Tertuliano então contra ataca apropriando-se de valores e costumes da cultura romana, a fim de provar que na realidade todos esses crimes eram cometidos pelos próprios acusadores: “*Eis como posso refutar tais acusações: mostrar-vos-ei práticas que vigoram entre vós, em parte abertamente, em parte secretamente, que vos levaram, talvez, a nos acusar de coisas semelhantes.*” (TERTULIANO, *Apologético IX*).

Para fundamentar sua defesa, Tertuliano aponta tais práticas dentro das formas de culto dos romanos, conforme evidenciado:

Os meninos eram sacrificados abertamente na África a Saturno até o consulado de Tibério. [...] Mais homens idosos eram sacrificados a Mercúrio nas Gálias. Tenho em mãos as lendas táuricas feitas para vossos próprios teatros. Por que mesmo nessa piedosa cidade de piedosos descendentes de Enéias, há um certo Júpiter que em vossos jogos é banhado com sangue humano? (TERTULIANO, *Apologético IX*).

Tertuliano então inverte as posições neste debate com os romanos, afirmando as bases do pensamento cristão, pondo à parte os valores romanos, julgando-os a partir de sua moral cristã, lançando uma série de críticas aos códigos da sociedade, aos divertimentos, aos jogos, aos cultos e festas, aplicando aos valores romanos, concepções cristãs que os classificava como imorais e amantes dos prazeres.

A cultura romana dos tempos de Tertuliano é toda marcada pelos ritos religiosos. O calendário possuía vários dias de homenagens aos deuses, onde as festas consistiam em sacrifícios, seguidos por um banquete, formas de culto que divergiam das que eram pregadas pelo cristianismo primitivo. Segundo Cláudia Beltrão (2006), em seu artigo “*A Religião na Urbs*”, a sociedade romana considerava-se a mais religiosa de todos os povos. Tito Lívio, por exemplo, recorre a vários elementos religiosos (TITO LÍVIO, *História de Roma - Ab Urbe Condita Libri* – Tradução Paulo Matos Peixoto, 1989). Lívio acreditava que Roma devia o seu lugar de “*senhora do mundo*” principalmente devido ao cuidado na relação com suas divindades.

As práticas religiosas da Roma antiga a que temos acesso são, em sua maioria, ligadas às atividades da elite social em suas práticas públicas, a exemplo dos rituais que segundo Beltrão (2006) proporcionaram a interação entre os homens e os deuses. Os rituais eram sempre realizados em eventos públicos, celebrações e festas anuais, ainda que no interior da *domus* fosse praticado o culto aos ancestrais (CARCOPINO, 1990).

Como retrata a obra de Tertuliano, houve conflitos entre a religião oficial do império e outros grupos religiosos que entraram em cena, como o cristianismo, religião monoteísta que se recusava a reverenciar os deuses romanos e a prestar homenagens ao imperador, conforme vai enfatizar no *Apologeticum*:

Sim, não oferecemos sacrifícios a outros pela mesma razão pela qual não os oferecemos a nós mesmos, ou seja, porque vossos deuses não são, de modo algum, referenciais para nossa adoração. Por isso somos acusados de sacrilégio e de traição. Esse é o principal fundamento de vossa perseguição contra nós. (TERTULIANO, *Apologeticum X*).

Segundo Beltrão: “*Se pensarmos que os altares ao imperador eram colocados muito próximos ao tribunal do magistrado que ouvia os seus casos, era um sacrifício simbólico ao imperador que geralmente se pedia como prova de sua lealdade a Roma*” (BELTRÃO, 2006, p.150). Desse modo, o cristianismo após seu rompimento com o judaísmo passou a ser considerada uma religião ilícita, portanto, passível de ser perseguida pelo império, sendo seus seguidores enquadrados no crime de *lesa-majestade* por não reconhecerem a divindade e, conseqüentemente, a autoridade do Imperador.

Neste contexto, de oficialidade imperial da religião tradicional de culto aos deuses e cristianismo emergente, Paul Veyne (2010) traça um panorama do florescimento da doutrina cristã, bem como as perseguições sofridas pelos cristãos, demonstrando que o grande destaque da religião cristã estava em seu proselitismo, ao contrário da religião da

Roma antiga e do judaísmo, o cristianismo vê como regra de fé a universalização de seus dogmas, a crença e a pregação de um deus comprometido com a humanidade, representado não como um herói mitológico, mas como um deus paternalista. Estas concepções foram determinantes para a disseminação e aceitação do cristianismo por parte da população, e para o estranhamento dos não cristãos.

Na religião tradicional, a relação dos fiéis com suas divindades ocorriam no sentido de obter o apoio deles, enquanto que na religião cristã a vida do fiel passa a pertencer a um plano eterno, orientada por conceitos divinos num esforço contínuo para que Deus se estivesse contente com ele, por meio de uma conduta moralizadora já presentes em reverberações e práticas adotadas pelo estoicismo. Os cristãos se recusavam a participar das festas, espetáculos, sacrifícios e homenagens ao imperador. Estas e outras diferenças entre a religião cristã e a romana deram base às perseguições sofridas pelos cristãos, segundo Veyne (2010), até mesmo as concepções de “deus” e de “religião” dos dois grupos divergiam, conforme argumenta:

O cristianismo era suspeito e até odiado pelo povo: por seu “discurso” não se parecer com nada até então conhecido, portanto, provocava sempre uma certa desconfiança, o cristianismo era uma religião sem religião (Nem mesmo ofereciam sacrifícios! Que horrores não fariam em vez disso?) (VEYNE, 2010, p.68).

A intransigência monoteísta; a postura dos cristãos em não assumirem cargos públicos, pelo fato de isso implicar nas práticas de ritos como o culto imperial e de da prática dos demais deveres cívicos e religiosos; despertava a desconfiança e até mesmo o ódio dos romanos não cristãos, pois estes viam no exercício dos rituais, e na relação entre os deuses e os homens, uma maneira de evitar o caos e garantir a ordem romana da sociedade.

Vemos em Tito Lívio um exemplo desta associação à posição de Roma frente às nações conquistadas enquanto consequência da vontade dos deuses: “*Mas o destino exigia, creio eu a fundação desta grande cidade e a criação do maior império do mundo abaixo do poder dos deuses*” (TITO LÍVIO, Livro I, cap. IV, p.25). Para legitimar o lugar de Roma perante as outras nações, Lívio (Livro I) ressalta o culto aos deuses por parte dos reis, a começar por Rômulo que, segundo ele, fazia votos e acordos com os deuses durante as batalhas e sempre erguia altares e oferecia sacrifícios em agradecimento pelas vitórias.

Os deuses eram consultados seja para manter a paz, como no caso de Numa Pompílio, que segundo Lívio, dirigiu seu governo baseado no direito, na lei e nos

costumes, construindo templos, instituindo sacerdócio para conduzir o povo à paz, seja para provocar a guerra, a exemplo de Anco Márcio seu sucessor, conforme argumenta: *“Assim sendo, do mesmo modo que Numa havia instituído práticas religiosas para a paz, Anco resolveu instituí-las para a guerra”* (LIVIO, Livro I, cap. 32 p.65).

Tertuliano, porém, combate este apego à religião afirmando que na verdade, Roma tornou-se senhora do mundo por não observar sua religiosidade que segundo ele, não se orientava por sinais e prodígios realizados por demônios:

Mas que loucura agora atribuir a grandeza do nome romano aos méritos da religião, já que foi depois que Roma se tornou um império, ou se quiserdes, um reinado, que a religião que ela professa promoveu seu imenso progresso! [...] Assim, não foi resultado de sua religião. Como poderia a religião tornar grande um povo que deveu sua grandeza a sua irreligião? (TERTULIANO, Apologético, XXV).

A historiografia tradicional nos forneceu uma imagem acerca da religião romana em que as relações eram estabelecidas por meio de barganhas com os deuses. Identificamos que na realidade a atenção da religião romana estava voltada não apenas para os mitos e os deuses mas principalmente para os rituais e sua correta execução, as cerimônias, sacrifícios, prodígios, interpretações, jogos e que as celebrações faziam parte desta ritualística.

As diferentes manifestações religiosas vindas do oriente eram, de certa forma, toleradas por possuírem estruturas semelhantes às da religião romana, mas no caso de religiões mais radicais como o judaísmo e o cristianismo, houve muitos conflitos. De acordo com Marcel Simon e André Benoit (1987) os cristãos se defendiam das acusações por meio da pregação de sua conduta, de sua virtude e filantropia, além de fazerem críticas ofensivas e injuriosas à religião romana.

Feitas estas considerações iniciais, teremos no decorrer deste trabalho análises que nos foram possíveis realizar das narrativas de Tertuliano com objetivo de demonstrar o processo de construção de uma identidade para o cristianismo emergente, enfatizando o jogo de alteridade aí proposto, mediante os mecanismos de abordagem da diferença a fim de perceber as formas de reconhecimento em que os cristãos se compreendem e se fabricam enquanto grupo distinto da sociedade, por meio da formulação de valores que desautorizam os valores romanos tradicionais colocando-os como não valores, criando com isso um novo padrão a ser seguido.

O trabalho está organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo discorreremos sobre o cristianismo no Império Romano e o contexto histórico-religioso com que vão

conviver os primeiros cristãos, destacando as mudanças ocorridas a partir dos embates entre os valores tradicionais e a nova religião. Discorreremos sobre as perseguições a que foram submetidos os cristãos neste período, demonstrando nosso entendimento sobre a forma como o referido escritor, em sua obra, trata os diferentes aspectos da sociedade romana. Elaboração que se dá a partir da crítica aos valores e costumes tradicionais, base em que se sustenta a defesa com que contribui para a consolidação do cristianismo, através do surgimento de uma nova sociabilidade proposta pelas ideias cristãs.

No segundo capítulo, focalizamos na obra de Tertuliano as contribuições para a construção de uma nova noção de moral e de virtude, pautada numa série de interdições sexuais, mediante a apropriação e (re) significação dos valores morais antigos, ao tempo em que novos símbolos culturais e imaginários são forjados e incorporados nas práticas culturais deste grupo, elementos estes que preconiza uma reviravolta ideológica, através da criação de regras sociais que instituíram a condenação do corpo e da sexualidade, colocando a figura da mulher enquanto símbolo de todas as tentações, sob pregação da rejeição ao prazer carnal, mediante a prática de uma vida voltada para o pudor, a abstinência e a castidade. Elementos que articulam a base identitária para o cristianismo em seus inícios.

Analisamos também as leituras cristãs acerca da prostituição na idade média, e como esta prática, embora fosse tida como símbolo do pecado e da perversão, era considerada pela igreja cristã enquanto um “mal necessário” para manter a ordem na sociedade, contrastando com a ideologia proposta pelo próprio cristianismo.

A título de conclusão foi possível observar que, estas ideias acerca da moral que foram elaboradas pelos padres da igreja, a exemplo de Tertuliano, ainda se fazem presentes na sociedade contemporânea, justificando a dominação masculina sobre as mulheres e enquanto subsidiárias dos debates acerca da prostituição. Estes discursos foram interiorizados pela sociedade e contribuem para o agravamento do processo de exclusão e marginalização das prostitutas, que hoje se apresentam não apenas como vítimas de um sistema desigual, mas se organizam na luta por seus direitos e pela sua reintegração moral na sociedade.

CAPÍTULO I

ANALISANDO O *APOLOGETICUM*

ERA

O destino me pregando outra peça eu não queria.

Me cercava toda noite com sua flecha e sua guia

Era o tempo me encostando sua pele traiçoeira

Eram noites tão pesadas com nuvens sorrateiras

Era a vida me cortando a carne com seu guiso

Ecoando pelos séculos os sons de alguns gemidos

Eram meus antepassados dentro dos bacanais

Era o tempo me emprestando aquilo que eu não devolveria mais

Era um homem nos meus sonhos me currando sem perdão

Eram duas velhas mortas se arrastando pelo chão

Eu soltava os meus cães e o meu peito a soluçar

Abafava os meus gritos, pois não sabia ladrar.

Achei que não era eu que fazia minha história andar

Punha a culpa no destino e quem estivesse à mão para culpar

E era assim...

(AC)

CAPÍTULO I: ANALISANDO O *APOLOGETICUM*

São acusações – eu não saberia dizer – dos piores homens contra os melhores, pois eles mesmos praticam tais crimes: [acusam] contra aqueles que, no caso, apenas seriam seus companheiros de pecado. Podemos refutar a acusação dos variados crimes de que nos acusam de cometer em segredo já que vemos cometendo-os à luz do dia. (TERTULIANO, *Apologetico, IV*).

É justamente no sentido de defender os cristãos de diversas acusações, que escritores da antiguidade tardia (BROWN, in VEYNE, 1990), retomando a tradição dos apologistas gregos, advogaram a tolerância do cristianismo pelo império, utilizando-se de argumentos jurídicos, e da exposição de sua doutrina.

A escola apologista é uma linha de pensamento que visava o desenvolvimento e consolidação do cristianismo. A erudição, o preparo filosófico, a defesa de uma verdade absoluta são as características mais marcantes desses escritores, eles se dividem em apologistas ligados aos textos sagrados, a exemplo de Paulo, e os filosóficos, devido a sua formação acadêmica e acesso a esse conhecimento, a exemplo de Justino (100-165), e Tertuliano (155-220) (OLIVEIRA, s/d, p.4– <http://poshitoria.ufg.br/uploads/113/original18EduardoOliveiraAConstruçãodaImagemDo.pdf>).

Na obra de Tertuliano temos um dos maiores escritos apologeticos do cristianismo primitivo. Nascido em Cartago, filho de um centurião romano, nosso autor viveu no período dos imperadores Septímio Severo e Antônio Caracala, tendo sido “*formado em letras e direito, exerceu jurisprudência em Roma e lá se converteu, retornando a Cartago em 195*” (PODOLAK, 2010, p. 35). Sua conversão deu-se pouco depois de 190, e como todo cidadão havia provado dos prazeres urbanos em sua juventude, tendo inclusive assistido a espetáculos no anfiteatro, prática veementemente condenada por ele em suas obras *De Spetaculis* (195) e *Apologeticum* (197) após sua conversão.

Como um dos principais teóricos do cristianismo africano, Tertuliano escreveu muitas obras de orientação e doutrina, que foram organizadas por historiadores em quatro grupos: as obras apologeticas, as catequéticas, as doutriniais e as obras montanistas, do período em que ele começou a seguir as ideias de Montano (séc. II), motivado por uma insatisfação com a igreja cristã, passando a buscar uma disciplina moral mais rigorosa. Na

escrita de Tertuliano percebemos sua retórica jurídica, seu grande conhecimento das leis e domínio da filosofia, a serviço da defesa de sua fé.

“Contra traidores e inimigos, todo cidadão é um soldado [...], é proibido perseguir mais mesmo assim cristãos são torturados para negarem sua condição.” (TERTULIANO, Apologético, II). Tertuliano escreve sua Apologia (197) num período em que a religião cristã afirmava-se enquanto um corpo doutrinário, completamente distante dos valores e regras defendidas pelas elites tradicionais romanas, haja vista que os cristãos buscavam se separar do mundo, criando para si uma sociedade à margem do contexto romano, ao passo que elaboravam elementos identitários que lhes conferisse uma unidade grupal. Através da construção de símbolos e representações, foram sendo introduzidos valores e práticas que modelam os comportamentos dos ditos cristãos.

Neste processo de consolidação da religião, os cristãos de Cartago estavam sofrendo forte repressão por não se adequarem às práticas culturais romanas, sendo acusados por seus perseguidores de serem canibais, infanticidas, incestuosos, criminosos, entre outras acusações. Para refutar tais acusações Tertuliano utiliza-se de estratégias para defender os cristãos através do confronto teórico e intelectual junto aos magistrados romanos: *“Eis como posso refutar tais acusações: mostrar-vos-ei práticas que vigoram entre vós, em parte abertamente, em parte secretamente, que vos levaram, talvez, a nos acusar de coisas semelhantes.”* (TERTULIANO, Apologético IX).

Uma das acusações que nosso autor faz ao poder público é a de *Ignorância*, uma vez que, as autoridades condenaram os cristãos baseadas em boatos, denúncias anônimas:

Colocamos isto ante vós como primeira argumentação pela qual insistimos que é injusto vosso ódio ao nome “Cristão”. E a verdadeira razão que parece escusar essa injustiça ao mesmo tempo a agrava e a condena. Pois o que é mais injusto do que odiar uma coisa da qual nada sabeis, mesmo se pensais que ela mereça ser odiada? [...] Pois, se deve provar, não pelo simples fato de existir uma aversão, mas pelo conhecimento do assunto. (TERTULIANO, Apologético I).

A isso reverbera sua tradição de jurista: *“É contra lei acusar alguém sem defesa e sem audiência”* (TERTULIANO, Apologético, II). É pelo uso de seu conhecimento das leis que ele afirma que casos penais como roubo, assassinato, são investigados antes da condenação do acusado, e a todo réu é dado o direito de defesa, porém, segundo ele, os cristãos são julgados simplesmente pelo fato de serem assim denominados, portanto, os magistrados são ignorantes, pois julgam o que não conhecem. Em suas palavras:

Assim confirmamos que tanto são ignorantes enquanto nos odeiam, e odeiam descabidamente, quanto quando continuam em sua ignorância, sendo uma coisa resultado da outra, se não o instrumento da outra. A prova de sua ignorância, ao mesmo tempo condenando e se escusando de sua injustiça é esta: odeiam o cristianismo porque não conhecem nada sobre ele nem querem conhecê-lo antes de por a todos debaixo de sua inimizade. [...]. Nem o nome sabem pronunciar “Chrestianus” – odeiam o nome porque odeiam seu fundador; e o fazem gratuitamente sem conhecê-lo (TERTULIANO, Apologético I e III).

Ao fazer a acusação de *ignorância*, Tertuliano põe em xeque também a magistratura romana, uma vez que ele aponta o mau uso do aparelho estatal pelo governo, pois, esta atitude os faz ir de encontro com um dos pilares fundamentais da sociedade romana, a busca pela justiça e a preservação do estado de direito. Desta forma, nosso autor acusa-os de abandonarem os ensinamentos antigos, criticando o império, suas práticas e ilegalidades a partir da defesa da tradição, da verdade e da justiça presentes nos valores romanos que antecedem ao próprio império, e que foram recepcionadas por Tertuliano em sua formação nas leis romanas.

Vemos também neste argumento, uma das características do cristianismo, que é a crença de que eles são portadores de uma verdade absoluta. Enquanto cristão Tertuliano dialoga com a ideia de que a fonte de toda sabedoria está em Deus, o homem por si só não está capacitado para entender e saber o que é a verdade.

Se vossa lei incidiu em erro, é de origem humana julgo. Ela não caiu do céu. Não é admirável que um homem possa errar ao fazer uma lei ou cair em seus sentidos e rejeitá-la? [...] Não estais a cada dia, fazendo esforços para iluminar a escuridão da antiguidade, eliminando e aparando com os novos machados das prescrições e editos todos os galhos obsoletos e emaranhados das vossas leis? (TERTULIANO, Apologético IV).

Apenas através da iluminação divina por meio do estudo das escrituras e da comunhão o homem pode discernir o que é certo. Logo, os magistrados não tinham autoridade, por estar na ignorância tanto no trato com as leis romanas, como no conhecimento da verdade absoluta, a lei do evangelho, por isso erram em seu julgamento, por desconhecerem a verdade e não terem discernimento do que é certo ou errado. São apresentados como aqueles que sem guia que os aconselhe e contribua para o alcance da verdade.

Nesta afirmação da existência de uma verdade absoluta, percebemos um claro exemplo das apropriações da cultura antiga feitas pelos escritores cristãos, a fim de legitimar sua doutrina. Vemos em Tertuliano o esboço de uma teoria do conhecimento aos

moldes platônicos, aprofundada posteriormente por Santo Agostinho em sua teoria da iluminação divina (SANTO AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, tradução: Oscar Paes Leme, 1990).

Eles reinterpretem a teoria da reminiscência na qual Platão afirma que o acesso ao mundo das ideias inteligíveis, a iluminação, se faz no esforço de recordar o que já existe na mente humana, por meio do conhecimento e da reflexão filosófica. Donde, temos que os escritores cristãos afirmavam que o homem só é capaz de conhecer a verdade mediante a reflexão das verdades sagradas por meio da iluminação divina, ele deve agir mediante o uso de sua razão, porém sua razão deve fazer-se em concordância com a vontade divina para que ele possa discernir o que é correto.

Outra razão apontada por Tertuliano que desqualificava as acusações e perseguições empreendidas pelos magistrados, era o fato de não existirem leis oficiais que autorizassem a condenação dos cristãos. As primeiras reações anticristãs provinham muito mais da rejeição popular informal do que de uma política oficial organizada.

A pressão da opinião pública era um dos fortes fatores que induzia os magistrados a darem tratamento violento aos cristãos acusados, fato relatado por Tertuliano e que vai de encontro às teses de vários historiadores modernos, visto que nosso autor aponta o século II como um período de fortes perseguições imperiais ao cristianismo. Situação que tem sido enfaticamente contestada pelos estudos que recuperam outros discursos sobre a situação e o tratamento dispensado aos cristãos.

Prova disto é a carta que Plínio o jovem, governador da Bitínia endereçou ao imperador Trajano por volta de 112-113, em que ele pede auxílio para julgar os muitos casos de acusados que foram a julgamento por se negarem a oferecer sacrifício aos deuses do império, o imperador por sua vez, respondeu vagamente aconselhando-o a punir os cristãos, mas ressaltando que ele não devia procurá-los nem dar crédito a denúncias anônimas (SIMON & BENOIT, 1987, 132p). Aqui fica posto que o que é preciso evitar é o desrespeito à autoridade romana, mas no tocante aos cultos praticados fica posto que não é esse o aspecto de tensão.

Tertuliano, porém, utiliza este episódio para apontar uma contradição na legislação, uma vez que Trajano aconselha Plínio a não procurar os cristãos, porém, o autoriza a puni-los caso fossem trazidos a sua presença:

Que qualidade de leis são essas que somente os ímpios, os injustos, os vis, os sanguinários, os sem sentimentos, os insanos, executam contra nós? Trajano por muito tempo tornou nula proibindo procurar os cristãos.

Que nem Adriano, embora dedicado no procurar tudo o que fosse estranho e novo, nem Vespasiano, embora fosse o subjugador dos Judeus, nem Pio, nem Vero, jamais as puseram em prática? [...] Ó miserável libertação – de acordo com o caso, uma extrema contradição! Proíbe-se que sejam procurados, na qualidade de inocentes, mas manda-se que sejam punidos como culpados. [...] essa perversidade vossa faz suspeitar que há um poder escondido no caso, sob a influência do qual agis contra os hábitos, contra a natureza da justiça pública, até mesmo contra as próprias leis. (TERTULIANO, *Apológico, II e V*).

Vemos com isso que não havia uma legislação que interditasse os cristãos, porém o rápido avanço de sua crença levou a recorrência de perseguições e martírio, em 202 Septímio Severo proíbe a propaganda de judeus e cristãos, em 250, Décio inicia um projeto de resgate da cultura tradicional romana, com isso passa a exigir dos cidadãos sacrifícios aos deuses (SIMON & BENOIT, 1987) Muitos dos que se recusaram por causa da nova fé chegaram a ser condenados à morte, ou morriam em decorrência das torturas sofridas. Galo, o sucessor de Décio continuou as perseguições contra os cristãos, pois, durante seu governo, o império fora acometido por uma peste, com isso, a responsabilidade rapidamente fora atribuída a infidelidade dos romanos cristãos a tradição, o que ocasionou as perseguições (SIMON & BENOIT, 1987).

Neste período, evidencia-se que o objetivo não era levar os cristãos ao martírio, mais sim torná-los adeptos da tradição, para isto, prisão, tortura, exílio, tudo era válido como forma de coibir o abandono dos antigos costumes religiosos.

Após o governo de Galo, Valeriano (257-258) assume e inicia seu governo sendo bastante complacente com os cristãos, mas com o tempo muda de atitude, em razão da ameaça das invasões bárbaras (SOUZA, 2004). Os Godos, os Citas, os Persas, os Alamanos e os Francos estavam pressionando as fronteiras do império, seu tesoureiro que era adepto das superstições romanas influenciou Valeriano a atribuir aos cristãos a responsabilidade dos problemas relacionados às guerras.

Como meio de sanar os problemas financeiros do império, os bens dos cristãos passaram a ser confiscados. Em 257 Valeriano expediu um edito que obrigava os padres e bispos a sacrificarem aos deuses, sob pena de exílio, e proibição de suas reuniões e cultos. Membros da hierarquia da igreja que não sacrificasse aos deuses seriam condenados à morte, membros da elite romana que fossem cristãos teriam seus bens confiscados (SOUZA, 2004).

Vemos, portanto, que é apenas a partir do final do século II que as perseguições aos cristãos enquanto grupo que investe na desautorização dos deuses tradicionais vai se impor. Desse modo, a escritura de antiguidade tardia de elaboração de homens ligados ao cristianismo e, mesmo, ao culto tradicional vai registrar a história das perseguições a partir de eixos narrativos variados. Até os tempos de Agostinho os cristãos passaram a ser apontados como a causa da decadência do império romano.

Situação a que Eusébio de Cesárea em sua *História eclesiástica* admoesta os cristãos para seus procedimentos equivocados, apontando que as perseguições eram consequências dos castigos de Deus pelo fato da secularização e delinquência da igreja naqueles tempos (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, Trad. Wolfgang Fischer. São Paulo, Novo século, 2002).

Tomando o caminho oposto, Santo Agostinho em sua *Cidade de Deus* elabora toda uma defesa para os cristãos, apontando que a decadência do império se dava devido às consequências das ações dos romanos desde seus inícios e que fazia parte de um projeto de Deus em que a cidade divina, triunfaria sobre a cidade terrena de acordo com uma visão teológica da história (SANTO AGOSTINHO, *A cidade de Deus*, tradução: Oscar Paes Leme, 1990)

Valeriano morreu em 259, tendo seu lugar ocupado por Galieno que em 260 promulgou um edito de tolerância aos cristãos, trégua que se estendeu de 260 até 303. Após anos de paz, Diocleciano em 303 empreende uma forte perseguição através de éditos que determinava a destruição de igrejas, demissão de cristãos de cargos, decreto de prisão do clero, deportações, condenações de cristãos a trabalhos forçados nas minas, bem como absolvições de condenados que realizassem sacrifícios ao imperador (SOUZA, 2004).

As perseguições variaram de intensidade de acordo com a região e com o governante, porém, aos poucos foi sendo abrandada, e uma aproximação com os cristãos passou a ser encenada por parte dos governantes devido às disputas políticas, e com o tempo, editos de tolerância foram expedidos durante o governo de Galério (311), neste período, o culto ao Deus cristão passa a ser permitido e a religião cristã autorizada. (SOUZA, 2004). Com a morte de Galério, iniciou-se um longo processo até o governo de Constantino (313) tornar o cristianismo religião oficial do império (SOUZA, 2004).

Retomando o contexto de perseguições do final do século II, Tertuliano afirma que tais atitudes de nada adiantava, pois, as confissões e os testemunhos dos prisioneiros e dos mártires contribuíram ainda mais para a consolidação do cristianismo:

Mas o que tem isso de semelhante com o caso dos cristãos? Eles se envergonham ou se lamentam de não terem sido cristãos a mais tempo. Se são apontados cristãos, disto se gloriam. Se acusados, não oferecem defesa. Interrogados, fazem uma confissão voluntária. Condenados, agradecem... [...] Serem acusados de cristãos é seu mais ardente desejo, serem punidos por isso é sua felicidade! Vós não podeis chamar isto de mal – vós que continuais convictos de nada saberdes do assunto. (TERTULIANO, Apologético I).

Ele escreveu a obra *Ad Martyras* (Aos mártires) em 197, que consiste em uma carta de exortação aos mártires na tentativa de minimizar os sofrimentos vividos pelos cristãos que estavam presos devido às perseguições.

Nesta obra Tertuliano faz uma análise do cárcere comparando o sofrimento deste lugar às provações sofridas pelos profetas bíblicos no deserto, ele chama a atenção para as possíveis recompensas que os prisioneiros receberão no céu devido a sua perseverança e fidelidade na Terra. Apesar da prisão física, ele aconselha os cristãos a perceberem que o espírito na verdade está livre, e que as fadigas e pesares são meros aprendizados para aperfeiçoar a alma.

Ele inicia a carta explicando quais seus objetivos, depois tenta minimizar os sofrimentos do cárcere, e finaliza sua obra afirmando a finitude do mundo e os deleites da recompensa eterna, segundo Tertuliano, as punições, as prisões, acusações, e o testemunho dos cristãos frente a elas é o que permite que sua religião cresça e se firme tão rapidamente:

Quantos se antes foram seus inimigos, tornam-se seus discípulos. Simplesmente aprendendo sobre eles, logo começam a odiar o que antes tinham sido e a professar o que antes tinham odiado. E o número destes é tão grande que atraem a vossa preocupação. O clamor e de que o estado está cheio de cristãos – que estão nos campos, nos vilarejos, nas ilhas, levantam-se lamentações como se por alguma calamidade, pessoas de ambos os sexos, de todas as idades e condições, mesmo de classe alta, estão se convertendo a profissão de fé cristã. (TERTULIANO, Apologético I).

Ao final, os crimes nos quais os cristãos eram enquadrados eram os de *Religio ilícita*, e *Lesamajestade*, por rejeição ao culto imperial. No início do século II uma série de decretos imperiais passaram a ser promulgados a fim de desarticular a Igreja cristã. Em 202 Severo lançou o edito de interdição da propaganda e do proselitismo judeu e cristão, decisão influenciada pela campanha de seu governo contra influências estrangeiras (BUSTAMANTE, 2006).

Os imperadores acreditavam que o retorno às tradições religiosas garantiria a prosperidade de Roma, e que a observância dos cultos talvez promovessem a estabilidade e unidade do império romano. Com isso, não interessava o que os cristãos acreditavam, o que se pedia a eles era a homenagem aos deuses e a observância das tradições.

As adversidades, fome, pestes, levavam as pessoas a consultarem os oráculos que orientavam a prática dos rituais para aplacar a ira dos deuses, a rejeição dos cristãos aos costumes implicava nas punições exemplares como meio de barrar o crescimento da religião.

Ao tratar do apego e da tentativa de preservação das tradições, Tertuliano aponta que os romanos não podiam exigir tal coisa dos cristãos, uma vez que nem eles mesmos observavam as tradições ou reverenciavam seus deuses, ele acusa os romanos de usarem a religião como manobra para defesa dos interesses dos governantes de acordo com o que lhes é conveniente, *“segundo a lei romana, um deus só pode ser instituído por um imperador se este conseguir a aprovação do senado, ou seja, uma divindade só é deificada se for conveniente aos homens”*. (TERTULIANO, Apologético V).

Tal prática é inconcebível dentro da lógica do cristianismo, suas reflexões acerca da metafísica elevaram a noção tradicional do divino para a de absoluto divino, colocando esta força primeira, superior, que é anterior a tudo que existe, como sendo Deus, um ser único, onipotente e onipresente, criador de todas as coisas, e legislador do mundo (GILSON, 2006, p. 433) que não fora criado por ninguém, e sendo único não precisa de ajudadores, *“Se então alguém é capaz de criar divindades, eu volto a examinar, qual a razão que a levaria a criá-las?”* (TERTULIANO, Apologético XI).

Por isso, para Tertuliano, as divindades romanas não passavam de histórias fabulosas relacionadas a imagens, utensílios e ritos míticos, afirmando que não só os deuses romanos como os gregos, e os estrangeiros, foram homens que morreram e foram deificados. *“Não adoramos vossos deuses porque sabemos que não existem tais divindades. [...] Vós dizeis: são deuses. Nós negamos e apelamos para vosso próprio entendimento a respeito [...] essas vossas divindades não passam de pessoas humanas.”* (TERTULIANO, Apologético X).

Tito Lívio em sua *História de Roma* atesta a origem divina de Rômulo: *“Não há nada que impeça a crença de que em sua origem celeste e na divindade que lhe foi atribuída após sua morte: nem a coragem que revelou quando devolveu o trono ao avô,*

nem sua sabedoria ao fundar Roma e consolidá-la na guerra e na paz” (TITO LÍVIO, LIVRO I, p. 41).

De acordo com Paul Veyne (2010), na religião greco-romana, cada indivíduo venera o deus que lhe convém, os deuses não possuem apenas uma definição metafísica, eles fazem parte do mundo, são uma das três raças que habitam o mundo, interessar-se por um deus em específico não significava negar os outros deuses.

Nesta concepção, o homem está apenas um degrau abaixo dos deuses, devendo-lhe com isto homenagens. A devoção tradicional não estava na fé, nas obras ou na contemplação dos deuses, mas sim na multiplicação das práticas, doações, e na admiração as divindades.

Os romanos procuravam na relação com os deuses uma semi tranquilização mágica contra as dores e os perigos da vida real, ao contrário do cristianismo que concebeu o modelo das relações familiares e paternalistas a religião, promovendo uma relação de obediência e amor para com Deus.

Ao refletir sobre os ritos sagrados, Tertuliano zomba da falta de respeito dos romanos para com seus deuses, na literatura e no teatro, chegando a apontar que alguns dos relatos contidos no escritos de onde os romanos retiraram ensinamentos de sabedoria são ridículos, a ponto de os próprios praticantes demonstrarem que não acreditam que existam tais divindades e que seus ensinamentos são erros.

Mediante a afirmativa do desrespeito dos romanos para com o templo e seus cultos, apoiando-se no argumento de que se os deuses eram deificados pelo senado ele conclui então que não existem deuses mais só um Deus. O Deus cristão é colocado por Tertuliano em oposição às divindades romanas, pois, Deus é um ser de retidão, e se julgássemos as práticas dos deuses, estes mereceriam o Tártaro e não os céus, por se assemelhar aos humanos. Então vejamos:

O que aconteceu com vossa religião que veneravam vossos ancestrais? Em vossas vestes? Em vossos alimentos? Em vosso estilo de vida, em vossas opiniões, e, por último, em vossos ensinamentos, renunciastes aos vossos progenitores! Estais sempre louvando os tempos antigos e, contudo, a cada dia aceitais novidades em vosso modo de vida. Falhaste em manter o que devíeis, fazei isso claramente, porque enquanto abandonaste os bons costumes de vossos pais, retendes e guardais aquilo que não devíeis. Ainda que pareçais defender tão fielmente a tradição verdadeira, na qual encontrais a principal razão de acusação contra os Cristãos- quero dizer, o zelo na adoração aos deuses, ponto principal no qual os antigos incidiram em erro, embora tenhais reconstruído os altares de Serápis, agora uma divindade romana, e a de Baco, agora tornado um

deus na Itália, a quem ofereceis vossas orgias – demonstrarei na ocasião adequada, contudo, que desprezais, negligenciais a autoridade dos antigos, pondo-a inteiramente de lado. (TERTULIANO, Apologético VI).

Tertuliano questiona essa defesa dos costumes romanos, uma vez que nem os próprios a observam, por realizarem uma série de práticas que iam de encontro às leis e costumes do passado, entre elas, a ostentação de riquezas nos jantares, nos teatros, a realização de cultos que oficialmente haviam sido proibidos, pelos excessos de bebidas, “*Nos tempos de Rômulo, Mecênio matou sua esposa simplesmente por testar um vinho, nada sofrendo por causa desta morte*” (TERTULIANO, Apologético VI).

Fala sobre o número cada vez mais crescente de divórcios como uma mácula na sociedade romana, e com isso elenca elementos culturais que vão de encontro não só aos costumes tradicionais como também aos princípios do cristianismo.

Esta acusação de Tertuliano de abandono da moral antiga por parte de seus acusadores se configura em uma tentativa de aproximar as ideias cristãs dos ensinamentos antigos, desconectando-os do contexto social que os tornaram possíveis.

Vemos, por exemplo, em Tito Lívio que ele se alia ao projeto de restauração augustana não apenas no campo infraestrutural de Roma, mas também moral, porém, esta é uma moral que se baseia na pregação do retorno aos bons costumes, a observância dos cultos, a aplicação aos estudos, à rejeição ao ócio, elementos praticados pelos fundadores de Roma e que, segundo ele, foram responsáveis por torná-la a “*senhora do mundo*”.

Esta moral não está ligada ao pudor, à sexualidade ou a noções de regramento pregadas pelo cristianismo, mas sim, ao combate à introdução de práticas estrangeiras que prejudicam o fortalecimento da cidade eterna.

Ao falar sobre as práticas religiosas dos romanos, Tertuliano destaca que eles realizavam o sacrifício de crianças e praticavam orgias, dentre outras práticas de que trata como sendo efetivadas pelos adoradores de Saturno.

Os meninos eram sacrificados abertamente na África a Saturno até o consulado de Tibério. [...] Mas homens idosos eram sacrificados a Mercúrio nas Gálias. Tenho em mãos as lendas táuricas feitas para vossos próprios teatros. Por que mesmo nessa piedosa cidade de piedosos descendentes de Enéias, há um certo Júpiter que em vossos jogos é banhado com sangue humano? (TERTULIANO, Apologético IX).

Ao tratar dos prazeres festivos, Jean Noel Robert, no seu livro *Prazeres em Roma*, (1995), faz uma análise de como ocorriam as festas a Saturno, as famosas saturnais. Segundo ele, estas eram festas em que a ordem social se invertia, as senhoras e senhores

serviam a seus escravos. Os escravos imitavam seus senhores, alguns senhores até trocavam sua toga por vestes mais confortáveis para os festins.

Estes rituais aconteciam no fim de cada ano, quando os grãos estocados eram consumidos, o ritual iniciava-se com um banquete que marcava o início das cerimônias nas casas das famílias. Esta prática remonta a lenda de quando Saturno, rei de Creta, instalou-se em Roma sendo acolhido por Jano que associou-lhe ao poder. Saturno, então, lhe ensinou a arte da agricultura e um grande período de paz teria se instaurado na cidade (ROBERT, 1995).

Devido às modificações feitas ao longo do tempo por imperadores como Júlio César e Calígula, as saturnais passaram a consistir em 17 dias de feriados onde só o primeiro deles era reservado aos deuses, os outros eram consagrados ao prazer. Nestas festas, era eleito o “Rei das Saturnais”; soldados escolhiam um preso que era fantasiado e levado à cidade para a devassidão; no fim das saturnais o “Rei” era executado. Provavelmente foi a partir desta prática que Tertuliano defendeu a ideia do sacrifício humano oferecido a Saturno.

Segundo Robert (1995), as Saturnais foram proibidas no século IV, mas sobreviveram mascaradas nas festas de ano novo, autorizadas pelo império cristão. Sacrifícios seguido de banquete, festa particular, troca de presentes, inversão social são as características dessas “festas de ano novo”, que tinham por pretensão o retorno à idade do ouro, a época sagrada, é o sagrado que os homens querem atingir através desses prazeres coletivos. Nas saturnais, eram demonstradas, tanto a generosidade quanto a avareza dos patronos e clientes que trocavam presentes entre si como prova de estima ou desprezo.

Os jogos herdados dos antigos, que eram realizados em homenagem aos deuses, também uma das práticas duramente criticadas por Tertuliano, era um dos tantos prazeres coletivos das cidades romanas, além de uma maneira de entreter as multidões e promover o contato do imperador com seus súditos. Peter Brown (1989), ao nos falar sobre a Antiguidade tardia, afirma que o cristianismo condenou não apenas os espetáculos sangrentos e violentos mas principalmente, para o prazer na dor do outro que os espectadores demonstravam no olhar.

Por que, mesmo nesta profundamente religiosa cidade de piedosos descendentes de Enéias, há um certo Júpiter que em vossos jogos é banhado com sangue humano? [...] Sois, suponho mais devotos na arena quando sob a mesma forma vossas divindades dançam sobre o sangue humano, sobre ferimentos causados pelas punições infligidas, como se

interpretassem suas histórias e aventuras. (TERTULIANO, Apologético IX e XV).

De acordo com Jérôme Carcopino, em seu livro *Roma no Apogeu do Império* (1990), na época imperial o povo cultivava um respeito meio que inconsciente pelos espetáculos, apesar de observarem os rituais, a religiosidade romana tornou-se seca por deixar de lado a especulação metafísica, dando mais ênfase aos interesses da cidade e do povo. Nessas ocasiões as disputas eram feitas entre animais, havendo também duelos entre homens e feras, além dos combates entre os gladiadores, estes, por sua vez, eram mais aclamados pelas multidões.

Ao iniciar a luta, os espectadores faziam suas apostas e reagiam com emoção a cada golpe desferido, na expectativa de que seu escolhido não fosse golpeado até a morte. Às vezes, por mais cruel que fosse a luta, ela terminava em empate, para isto, os lutadores caíam juntos ou permaneciam em pé. O combate era encerrado e passava-se para a próxima dupla. Porém, inicialmente, em caso de vitória de um dos dois, cabia ao vencedor decidir se mataria ou pouparia seu adversário.

Contudo, diante do imperador o gladiador consultava a sua opinião e este por sua vez consultava a multidão: se achando que apesar de derrotado o gladiador tivesse lutado bravamente, sem medo ou covardia eles gritavam: perdoa! O imperador então erguia o polegar direito ordenando que fosse poupado, se ao contrário, o povo achasse que o combatente tivesse sido medroso e merecesse a derrota eles gritavam: degola! E se aceitasse a decisão o imperador baixava o dedo ordenando a morte do vencido. (CARCOPINO, 1990, p. 246).

Carcopino (1990) afirma que os duelos do anfiteatro, representam um dos piores capítulos da história de Roma. Para ele é incompreensível que o sacrifício humano fosse uma festa tão celebrada e tida como um dos melhores prazeres festivos da vida pública romana. Consideramos, porém, que este amor aos combates não pode ser classificado apenas enquanto um sadismo por parte dos romanos, como exposto por Tertuliano, mais sim, como uma representação e homenagem a coragem e valentia daqueles homens.

Sempre foi muito difícil para os cristãos entender a paixão dos romanos pelos atos de coragem. Podemos ver como este estranhamento se concretiza a partir da análise de uma das histórias mais antigas de Roma que é relatada por Tito Lívio e depois analisada por Santo Agostinho em sua obra *A cidade de Deus*. Trata-se da história de Lucrecia, que está relacionada aos primeiros tempos de Roma.

Tito Lívio nos narra um episódio em que, durante uma campanha militar para capturar riquezas, estando esta sob o comando de Sexto Tarquínio, os oficiais bebiam em sua casa em um intervalo das guerras, num momento de interação e descontração eles começaram a falar sobre mulheres virtuosas.

Tarquínio Colatino, um dos oficiais, alegou que não havia uma mulher em Roma com dotes tão apreciáveis quanto sua esposa Lucrecia, gerando um debate, e para comprovar o que falava, Colatino desafiou os homens a mostrarem suas mulheres a fim de constatarem a superioridade de Lucrecia sobre as demais. Eles, então, seguiram para Roma sendo muito bem recebidos na casa de Tarquínio por Lucrecia. Comprovada sua afirmação, Tarquínio convida a todos a jantarem em sua casa, fora neste momento que “*o desejo culpado de possuir Lucrecia, violentando-a, apoderou-se de Sexto Tarquínio. A beleza aliada à virtude seduziu-o.*” (LÍVIO, I, cap. 58, p. 98).

Atormentado por esse desejo, Tarquínio volta dias depois à casa de Lucrecia, sendo, mais uma vez, bem recebido por ela, que lhe deu acolhida no quarto de hóspedes. Quando todos dormiam, Tarquínio surpreende Lucrecia fazendo ameaças e jurando-lhe amor, a fim de convencê-la a deitar-se com ele. Como viu que ela não cederia, nem sob ameaça, jurou que a mataria e colocaria seu corpo junto ao cadáver de um escravo nu para simular que ela havia sido morta por ter sido flagrada em adultério.

Lucrecia, por medo de ter sua reputação manchada acaba cedendo às ameaças. No dia seguinte, ela envia um mensageiro ao lugar onde estão seu pai e seu marido. Ao contar-lhes o que ocorrera, Lucrecia afirma: “*Vestígios de outro homem, Colatino, estão em teu leito. Aliás, só meu corpo foi violado, minha alma permaneceu pura. Minha morte servirá de testemunha.*” (LÍVIO, I, cap. 58, p. 99).

Lucrecia, então, os fez jurar que se vingariam sua honra matando a Sexto Tarquínio, e logo em seguida, apesar dos apelos do esposo e do pai, que afirmavam repetidamente que ela não tinha culpa em sua desonra, cometeu suicídio cravando um punhal no peito. Seu suicídio, em nome da honra, mobilizou não só Colatino, como toda a cidade contra Sexto Tarquínio. Apesar de não ter participação no crime, Lucrecia sentia que sua carne estava impura, ela viu então na morte uma maneira de atestar sua inocência, preservar sua virtude e a honra de sua família, ela é apontada por Lívio como uma das mulheres mais virtuosas da história por seu ato de coragem.

Ao analisar a mesma história séculos depois, Santo Agostinho, em *A Cidade de Deus*, influenciado pela doutrina cristã que considera o suicídio enquanto um pecado, um crime, que condena o suicida aos tormentos eternos, afirma: “*Enquanto a alma permanece pura, o corpo oprimido pela violência nada perde da santidade, o que não acontece quando, apesar de íntegro, a santidade da alma é violada.*” (AGOSTINHO, XVIII, p. 48). Com este argumento ele tenta confortar as cristãs que foram abusadas por soldados durante a invasão de Roma por Alarico, rei dos Visigodos em 410, na tentativa de inocentá-las.

Ao abordar a história narrada por Tito Lívio, Agostinho concorda com o raciocínio do esposo de Lucrecia, quando ele tenta admoestá-la a não se matar, uma vez que sua alma havia sido resguardada, porém, questiona o fato dela ter cometido o suicídio, considerando que este não teria sido um ato de coragem, mais sim a existência da possibilidade dela ter consentido com o adultério, tirando a própria vida pelo sentimento de culpa que se apoderou dela.

Logo, Lucrecia não deveria ser tomada enquanto um exemplo de virtude como defende a tradição, pois, “*Surge agora, um dilema: posto de lado o homicídio, prova-se o adultério; absolvida do adultério, é homicida confessa. Não há como escapar a estes extremos: se cometeu adultério, por que os elogios, se casta, por que a morte?*” (AGOSTINHO, XVIII, p. 49). Desta forma, Agostinho, assim como Tertuliano, se apropria das histórias romanas para com isso legitimar os preceitos cristãos.

Como um dos objetivos de sua obra é inocentar os cristãos das acusações que sofriam, a de serem responsáveis pelo declínio do império romano, Agostinho elabora a teoria de que a história da humanidade é a história da salvação dos homens por meio do cristianismo, e para legitimar sua defesa ele segue o mesmo método adotado por Tertuliano no século II, buscando analisar a tradição romana para desautorizá-la e assim poder defender os cristãos das acusações que sofriam.

Continuando a análise da sociedade romana, Tertuliano aborda as questões familiares em Roma. As relações familiares eram articuladas visando às movimentações patrimoniais. Práticas como o aborto, a contracepção, o enfeitamento de crianças livres, os infanticídios de crianças escravas eram legais, as causas do abandono de crianças às vezes se dava em função da miséria da família, e em outros casos ocorria devido a políticas patrimoniais.

Tertuliano levanta essas questões colocando que esta era uma das piores práticas dos romanos. De acordo com a moral do cristianismo o aborto e a contracepção são

totalmente condenáveis, pois, o homem não tem o direito de tirar a vida de outro. Até mesmo a masturbação era proibida, pois, o esperma já era em si a base essencial da constituição de uma criança, teoria posteriormente incorporada pelos discursos médicos ao longo do século II.

A doutrina cristã de preservação da vida, mesmo em seus estágios iniciais, foi um dos argumentos usados por Tertuliano para livrar os cristãos da acusação de realizarem sacrifícios de crianças e de manter relações incestuosas, ele lhes devolve a acusação ao afirmar que o costume dos romanos de abandonarem ou adotarem crianças seria completamente irresponsável, pelo fato de promoverem relações incestuosas, pois, estas crianças não conservavam na memória sua linhagem e poderiam se relacionar com alguém de sua família sem saber.

Abandonais vossas crianças que podem ser levadas por qualquer transeunte compadecido, para os quais elas são totalmente desconhecidas, ou as entregais para serem adotadas por aqueles que podem cumprir melhor para elas o papel de pais. Bem, como algum tempo toda memória do parentesco alienado pode ser esquecida; e quando se faz um erro, a transmissão do incesto poderá até ocorrer – o parentesco e o crime caminhando juntos. (TERTULIANO, Apologético IX).

Os cristãos, segundo Tertuliano, jamais cometeriam tais delitos uma vez que a morte, até mesmo de um feto, é proibida, como prova disto está sua forma de vida casta, longe dos pecados do sexo. Nas configurações de família da Roma antiga, o *Pater familias*, possuía o direito de vida e de morte sobre os filhos, abandonar recém-nascidos nos monturos públicos era comum (CARCOPINO, 1990). Porém, no fim do período republicano vai se perceber modificações nas relações entre pais e filhos; ocorre um enfraquecimento do autoritarismo do *Pater*.

Os conceitos de emancipação mudam. A educação, antes bastante rígida, agora é permeada de completa complacência dos pais com os filhos, no caso das elites; práticas como o infanticídio e o abandono das crianças passaram a ser proibidas em 374, medida adotada principalmente devido a influencia do cristianismo (CARCOPINO, 1990).

Nesse sentido, faz-se importante entender como a partir desses exemplos, Tertuliano nos apresentará uma Roma degenerada, tomada pelos vícios, sem moral. Para tanto toma como referência paradigmas cristãos que buscavam formar uma identidade para o cristianismo, o que indica o fato do mesmo está analisando a sociedade romana a partir de ideias que pertencem a um determinado grupo religioso (cristãos) que tem objetivos

claros, que é o deslegitimar as práticas e os valores tradicionais de Roma, exaltando as práticas cristãs, sem que seja feito qualquer esforço de entendimento e respeito pela cultura do “outro”.

CAPÍTULO II

TERTULIANO E OS *EXEMPLA*: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CRISTÃ.

XXV

Porias o universo inteiro em teu bordel,
Mulher impura! O tédio é que te torna
cruel.

Para teus dentes neste jogo exercitar,
A cada dia um coração tens que sangrar.

...

Ó monstro cego e surdo, em cruezas
fecundo!

Salutar instrumento, vampiro do mundo,
Como não te envergonhas ou não vês
sequer

Murchar no espelho teu fascínio de
mulher,

A grandeza do mal de que crês saber
tanto

Não te obriga jamais a vacilar de espanto
Quando a mãe natureza, em desígnios
velados,

Recorre a ti, mulher, ó deusa dos
pecados.

- A ti, vil animal -, para um gênio forjar?

Ó lodosa grandeza! Ó desonra exemplar!

Charles Baudelaire

CAPÍTULO II: TERTULIANO E OS *EXEMPLA*: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CRISTÃ

Em *Apologético*, Tertuliano nos exemplifica sua concepção de moral, de maneira a diferenciar os cristãos do resto da sociedade romana. Num momento em que se fazia necessária a construção de elementos identitários que promovessem a união entre os cristãos, Tertuliano coloca os romanos como o “outro” deste cenário e elabora valores para os cristãos, concretizados numa série de simbolismos, práticas e representações que configuraram um novo ideal de moral. Portanto, nosso objeto de estudo se concentra na análise das mentalidades, dos valores culturais e das expressões que estão presentes na obra de Tertuliano, considerando que o simbolismo por ele registrado se concretiza em práticas e representações que vão ser incorporadas ao comportamento dos cristãos.

Regina Bustamante (2006) afirma que a cultura se define enquanto resultado de diversas interações de diferentes tradições culturais. As culturas são gestadas e transformadas dentro de um contexto histórico e social complexo, ou seja, por serem plurais elas se configuram em meio a conflitos e se impõe como superiores na hierarquia que se estabelece na relação com o outro.

Com a história de Roma não é diferente, ela não se desenvolveu a partir de uma mentalidade apenas, mas através de uma série de imbricações das mais variadas influências que se sucederam. Podemos considerar diversos valores elaborados nos inícios de Roma que permaneceram até que as noções cristãs de pecado, de pudor, de destino da humanidade viessem a modificar as mentalidades.

A historiografia moderna associou Roma ao mundo das libertinagens, das orgias, principalmente devido às denúncias feitas pelos moralistas antigos determinados em combater os vícios de sua época a exemplo de Sêneca e Petrônio. Os escritores cristãos também comprometidos em reformar a sociedade de acordo com os preceitos bíblicos utilizavam-se da rotulação e do deboche de tudo o que fazia parte da religião e cultura tradicional romana denunciando-as enquanto imorais (CARCOPINO, 1990).

Vemos este processo claramente em *Apologético*, no momento em que Tertuliano lança críticas aos comportamentos dos romanos, desde seu trato com as leis até sua forma de adoração aos deuses e o respeito às tradições, colocando-os como amantes dos prazeres, imorais, e exaltando a castidade e a abstinência dos cristãos: “*Esta é a razão, pois, do por que serem os cristãos considerados inimigos públicos: eles não são vaidosos, falsos, nem imprudentes com relação à honra do imperador; como homens que acreditam na verdadeira religião, eles*

preferem celebrar seus dias de festa com boa consciência, ao invés de serem libertinos”. (TERTULIANO, Apologético XXXV).

Neste campo das interações culturais, são diversas as estratégias e formas pelas quais os grupos se relacionam com o objetivo de subordinar, agregar, excluir, identificar, subverter e dominar. Neste contexto, Tertuliano busca forjar uma identidade coletiva, através da reafirmação contundente das verdades cristãs e da depreciação da cultura romana.

Estes valores passam a ser efetivados quando deixam o campo discursivo e passam a ser incorporados nas instituições e hábitos, originando uma nova forma de vida, reforçando os laços de unidade. No caso do Ocidente, os princípios cristãos foram tão interiorizados na nossa cultura, que nos causa estranhamento imaginar que pudesse existir uma sociedade em que as noções de família, casamento, religião e moral sejam divergentes das que conhecemos.

É difícil, porém, julgar um fato de determinada civilização a partir de valores distantes dos que regem a sociedade que se analisa, a exemplo de como o cristianismo condenou as práticas culturais romanas. Em sua obra intitulada *A Genealogia da moral*, Friedrich Nietzsche (2009, p.20) afirma que: *“Necessitamos de uma crítica dos valores morais e, antes de tudo, deve-se discutir o valor desses valores e por isso é totalmente necessário conhecer as condições e os ambientes em que nasceram, em favor dos quais se desenvolveram e nos quais se deformaram.”*

Por isso, neste capítulo, faremos um esforço para compreender quais as características das concepções de moral presentes no contexto histórico do século II, a fim de percebermos onde estas noções de religião e moral cristãos se aproximam e quando se separam dos valores dos antigos, e assim fazermos uma leitura acerca das influências que recebemos deste processo, uma vez que podemos reconhecer uma forte presença do saber e dos valores medievais nos discursos atuais acerca da moral.

Ao contrário da moral cristã, a moral romana não se baseava em outros critérios além da categoria social, não havia interdições morais para a realização de certas práticas como o adultério, o sexo entre iguais, ou a contratação dos serviços de uma prostituta. O que existia na verdade era a concepção de que a virtude e a moral romana deveriam ser veladas por alguns. As mulheres destinadas para o casamento deveriam se preservar, as mulheres livres do casamento: escravas, alforriadas, estrangeiras, podiam desfrutar de seu corpo como bem quisessem (VEYNE, 1991).

Os homens “bem-nascidos” distanciaram-se de seus inferiores através de um estilo de cultura e vida moral, mantinham seu comportamento moral mediante o equilíbrio harmonioso do corpo pelos métodos gregos, como exercícios, regimes, banhos, seguiam um exigente código de

comportamento público, como por exemplo, poderiam se entregar aos prazeres desde que não adotassem uma postura passiva. (GRIMAL, 1991).

Segundo Robert: “*A sociedade não condena o amor “contra a natureza”, mas o fato de ser passivo, ou seja, de estar a serviço do outro. Este papel só era concebível para um ser de categoria inferior.*” (ROBERT, 1995, p. 221). O cidadão romano deveria ter uma postura ativa, do contrário estaria assumindo o papel de escravo, ou de uma mulher, ser inferior, perdendo com isso sua virtude. Nas relações amorosas, o fato de amar não era julgado como bom ou mau o que determinava sua interdição era se esta relação implicaria na perda da fortuna (ROBERT, 2006).

De acordo com Pierre Grimal (1991), um homem poderia amar uma cortesã, uma escrava, uma liberta, ou até outro homem, desde que se dirigisse a um escravo ou a uma relação em que não assumisse a passividade, não implicando proibições ou interdições no campo religioso. A união entre iguais por meio do casamento não ganhava apoio, pois esta era uma instituição voltada para a fecundidade, tida então como uma maneira de perpetuar a família e proteger a herança (GRIMAL, 1991).

Na Roma imperial, porém, a moral baseada na divisão da sociedade por categorias cede espaço para o surgimento de uma nova noção de virtude, pautada nas interdições sexuais, marcada pela apropriação e ressignificação dos valores morais dos antigos. A sociedade dos séculos subsequentes não foi cercada apenas por um sistema mais rigoroso de proibições, os indivíduos passaram também a ver seus próprios corpos de maneira diferente.

Em seu livro *Uma história do Corpo na Idade Média*, Jacques Le Goff e Nicolas Truong (2006) apontam o surgimento do cristianismo, bem como as transformações da teoria do pecado original em pecado sexual pela igreja como preconizadores de uma reviravolta ideológica, e com a criação de regras sociais que instituíram a condenação do corpo e da sexualidade, em que os prazeres carnis deveriam ser subjugados, e o pudor, a abstinência e a castidade deveriam ser observados, como exposto por Tertuliano:

Uma castidade perseverante e firme nos tem protegido de algo assim, pois, resguardando-nos, como fazemos de adultérios e todas as infidelidades após o matrimônio. Não estamos expostos a infortúnios incestuosos. Alguns de nós – tornando o assunto ainda mais seguro – nos abtemos inteiramente do pecado sexual pela continência virginal; mesmos meninos nossos tomam tal decisão quando ficam adultos. Se tiverdes notícia de que tais pecado que mencionei existem entre vós, examinem e vejam eles não existem entre os cristãos.(TERTULIANO, Apologético, IX).

De acordo com Etienne Gilson, em seu livro *O Espírito da Filosofia Medieval* (2006), o processo de formulação da lei e da moralidade cristã passou pela vinculação das noções de beleza e honra ao bem, e este bem está diretamente vinculado a um princípio transcendente que merece honra e é fonte de toda a virtude, neste caso Deus. Ao analisar a noção de moral para os

antigos, Gilson afirma que a moral para Aristóteles, por exemplo, é o que merece elogios, honras, coisas que são válidas por si só, por sua essência. A virtude é entendida por essência como um hábito, uma disposição adquirida que permite a quem a possui agir de acordo com sua natureza, logo para uma coisa ser boa, ser moralmente aceitável, ela precisa satisfazer sua essência, e as exigências de sua natureza, *“um ato é moralmente bom, quando é conforme a natureza de quem o consoma”* (GILSON, 2006, p. 397).

Para os antigos, três coisas se opõem à virtude: o pecado, a maldade e o vício. O pecado é visto neste contexto enquanto um ato desordenado, contrário à ordem natural, por isso é mal, e por ser mal, assinala-se num vício, a concordância de uma ação com sua natureza caracteriza a virtude, enquanto a discordância com esta natureza está ligada à prática do vício. A virtude e a boa moral então, se harmonizam com a razão, o mau moral e o vício se relacionam com a falta de razão no ato ou nos costumes. *“O bem, para o homem, é seguir a razão, e o mal, para o homem, é afastar-se da razão”* (GILSON, 2006, p. 398).

Esta definição de moral e virtude, porém, não serve para os moralistas cristãos, pois, ela não dá espaço para Deus, o pecado é para o cristianismo agir contra a lei divina. Pecar é estar indo contrariamente à lei que rege a natureza, a vontade de Deus, que criou todas as coisas. A virtude humana então, se mede pela conformidade da ação do homem com a vontade divina, ao mesmo tempo em que pela sua concordância com a razão.

Neste caso, a razão seria a clareza, o discernimento de fazer o que é certo, porém esta iluminação não vem do homem, mas provém de Deus, através da observância de suas leis. Logo, pecado é violar as leis da razão, e esta razão é a vontade de Deus que deve direcionar as ações do homem. (GILSON, 2006).

Na moral antiga o ser humano vive em busca de uma felicidade cuja conquista é o termo da vida moral, suas boas ações o aproximam deste objetivo, suas más ações o afastam deste ideal. Logo, a ideia de bem e de mal estão ligadas ao sucesso ou insucesso neste objetivo. O homem colhe o fruto de suas ações sem a intervenção de uma força ou leis superiores, cabe a ele construir sua vida moral, através de atos que estejam ou não de acordo com as regras da natureza e da razão, os deuses não interferem em nada neste processo. (GILSON, 2006).

No plano cristão, pecar se remete à ideia de ofender o coração de Deus, ferir a moral, é ferir a lei divina, a ordem natural. Esta moral, porém, necessita de um regramento sobrenatural que a complemente, pois, não é por meio das ações, das virtudes ou da justiça que o homem consegue viver de acordo com esta moral, mas sim pela graça divina que lhe possibilita isto.

As leis sociais antigas, às vezes puniam ações que nem eram tão más, ou toleravam outras que eram consideradas pelos cristãos como verdadeiros pecados, pelo fato de que a lei não

visava a recompensa do bem ou punir o mal moral, mas sim, manter a ordem na sociedade. Com o cristianismo ocorre uma interiorização da moral, onde até os pensamentos eram observados por Deus, por isso a vigilância das práticas, das ações, e até as intenções se faziam necessárias, criando assim, um corpo de interdições e proibições. No entendimento dos escritores cristãos, as leis deveriam zelar pela verdade, e pelo cumprimento do bem moral, pois, a vida do homem fazia agora parte de um plano maior, e suas ações acarretam consequências eternas.

No âmbito das representações, ao analisar a sociedade romana, Tertuliano examina os costumes e faz uma fala sobre os casamentos, os divórcios, criticando o fato de existir um número cada vez mais crescente de separações, acusando o comportamento, as vestimentas das mulheres, os adornos, a liberdade, como exemplos de abandono dos costumes e leis deixadas pelos antigos:

Onde está a felicidade da vida de casado, sempre tão desejável, que distinguem nossos antigos costumes e por consequência dos quais por cerca de 600 anos não houve entre nós um único divórcio? Agora, as mulheres têm cada membro do corpo carregado com ouro, beber vinho é tão comum entre elas que nunca dão o beijo espontaneamente, e para forçar o divórcio, elas sonham com ele como se fosse a consequência natural do casamento. (TERTULIANO, Apologético, VI).

Analisando os costumes da Roma imperial vemos que o casamento era um ato privado, só com um contrato, um dote, e a presença de testemunhas. Jérôme Carcopino (1990) nos relata que a cerimônia geralmente era realizada em um santuário ou no *Atrium* da casa onde a noiva e sua família recebiam a família do noivo. Havia um sacrifício aos deuses numa forma de demonstrar a adesão da divindade e de declarar a vontade do casal de unir-se um ao outro. O cristianismo conservou esta tradição, porém, modificando o que não era compatível com sua fé, a cerimônia consistia em uma livre doação recíproca de duas almas que afirmam união diante do padre a fim de registrá-la perante Deus.

Segundo Grimal (1988), nos casamentos tradicionais, os maridos costumavam cercar-se de concubinas, e escravos para satisfazer suas vontades, às mulheres casadas já eram mais reservadas, porém, sua fidelidade era compensada com a facilidade dos divórcios. Prática que conciliava a antiga tradição com a vontade de liberdade das pessoas.

Sobre esta liberdade das mulheres, criticada por Tertuliano, Carcopino (1990) aponta que o processo de emancipação das mulheres ocorria desde os tempos de Adriano, no qual as senhoras casadas já podiam dispensar seus tutores de redigir seus testamentos, os pais não podiam obrigar as filhas a casar-se contra sua vontade. No império, a mulher é liberada de suas tutelas pelo fato de poder escolher seu marido, entrando livre no casamento em pé de igualdade com o noivo (CARCOPINO, 1990).

As novas configurações de casamento fazem surgir esposas mais liberadas que tentavam fugir/burlar seus deveres tradicionais para com a família, evitando a gravidez, abandonando seus filhos, divorciando-se. Carcopino afirma que as mulheres buscavam cada vez mais atividades semelhantes às dos homens, abandonando o bordado, as leituras, o canto, elas estudavam os processos jurídicos, interessavam-se por política, chegando inclusive a copiá-los nos vícios como os jogos, as comilanças e as bebedeiras como retratam poetas e escritores da época (CARCOPINO, 1990).

No tocante ao adultério e ao divórcio, desde os tempos de Augusto tentou-se punir o adultério, mas como não conseguiam evitá-los, o governo limitou-se a regulamentar os processos de separação. As mulheres repudiadas podiam reivindicar o dote, conquista importantíssima para alcançar sua autonomia.

Bastava a vontade de um dos cônjuges para que o divórcio acontecesse. Sêneca já denunciaram o grande número de divórcios em seu tempo, “*Nenhuma mulher podia corar por romper o casamento, pois, as damas mais ilustres haviam adquirido o hábito de contar seus anos não pelo nome dos cônsules, e sim, pelos dos maridos. Divorciavam-se para se casar e casam-se para se divorciar.*” (SENECA. III p. 16, *apud.* CARCOPINO, 1990, p. 124).

Grimal (1988) atribui o abrandamento das normas morais, bem como das novas formas de casamento, a presença de muitos estrangeiros recém-libertos, que constituíam um grupo a parte da sociedade romana, com seus próprios costumes que eram bem mais brandos do que os que regiam o cotidiano dos cidadãos romanos. Por este motivo Tertuliano acusa-os de abandonar os valores morais dos antigos, e a este abrandamento soma-se o fato de que a sociedade romana dos primeiros séculos com certeza ignorava o sentimento de pecado no sentido cristão, mas respeitavam as regras da decência, observação, porém, ignorada por Tertuliano.

No tocante a análise do papel da mulher na sociedade, os padres apologistas elaboraram vários modelos a serem seguidos por elas: as casadas deviam ocupar-se com o cuidado da família, permanecendo em estado de perene continência; se fossem viúvas, não deveriam casar-se novamente, a não ser com cristo, devotando sua vida ao exercício da caridade; se jovens e virgens, deveriam entregar-se a realização de atividades religiosas, mantendo sua condição (LE GOFF & TRUONG, 2006).

Com o tempo, e a mudança das concepções morais pelo cristianismo, vários estudos acerca do pecado original foram organizados de modo que os padres da Igreja associaram a ideia do pecado original a de pecado sexual, e colocaram a mulher no papel de porta do diabo como afirma Tertuliano: “Tu deverias usar sempre de luto, estar coberta de andrajos e, mergulhada na penitência, a fim de compensar a culpa por ter trazido a perdição ao gênero humano (...). Mulher,

tu és a porta do diabo. Foste tu que tocaste a árvore de Satã e que, em primeiro lugar, violaste a lei divina” (TERTULIANO, O ornamento das mulheres, I).

A teoria do pecado original, na qual Adão e Eva teriam pecado por desejarem obter o conhecimento divino do bem e do mal, presente no livro de Gêneses, fora transformada simbolicamente pela escolástica em desejo carnal e sexual, onde a mulher, ser inferior “*criou Deus o homem a sua imagem e semelhança*” (Gen. 1:26)¹ induziu o homem a pecar, sendo assim a “*porta do diabo*”.

Ela é colocada então, no papel de sedutora, capaz de levar os homens à perdição, sendo um ser fraco, uma vez que Eva pecou por ter se afastado de Adão, por isso a mulher deve estar sempre sob a tutela de um homem, seja o pai, o marido ou os clérigos da igreja (BLOCH, 1995).

Estes discursos que iam à contramão dos costumes dos romanos tradicionais foram os principais responsáveis por reforçar o lugar da mulher enquanto socialmente inferior ao homem. No mundo cristão, este sempre é relacionado à razão, à sabedoria, e a mulher associada à fraqueza, ao pecado, e sujeita à subordinação, indo contrariamente a teoria da igualdade entre homens e mulheres pregada pela Bíblia: “*Nisto não há judeu, nem grego, não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus*” (Gal. 3:28).

Até os discursos médicos do período davam suporte a este tipo de afirmação, de acordo com o médico Galeno (129) em seu tratado *Da semente*, ele elabora a teoria do calor vital, no intuito de justificar biologicamente a superioridade dos homens sobre as mulheres.

Galeno afirmava que os homens nada mais eram do que fetos que haviam realizado o potencial pleno de desenvolvimento, pelo fato de terem recebido calor suficiente nas etapas iniciais de coagulação no ventre durante a gestação, tese que ele confirmava através da análise do sêmen masculino, pois, ele era quente, dotado de virilidade, diante de tanta potência física, cabia aos homens por sua vez, o dever de serem quentes, vigorosos, pesados de voz, intrépidos e fortes no pensar e no agir (BROWN, 1990).

As mulheres para Galeno eram na verdade homens imperfeitos, pois, não haviam recebido calor vital suficiente durante a gestação, logo, isso as faz serem úmidas, frias, flácidas, o que é comprovado pelo fato de menstruar regularmente, a menstruação seria a eliminação do excedente de coagulação que as mulheres não conseguiram processar. O homem, portanto, deveria aprimorar-se, pois, se ele não mobilizasse esse excesso de calor ativamente, poderia aproximar-se do estado de mulher (BROWN, 1990).

¹ Para todas as citações feitas da Bíblia utilizamos: *Bíblia Thompson*, trad.: João Ferreira de Almeida, São Paulo: VIDA, 1990.

Entre as figuras que foram elaboradas enquanto representações do feminino desde a antiguidade tardia e intensamente propaladas pelos padres, a exemplo a de Portão do Diabo/Esposa de Cristo, como defende Tertuliano, e a do paradoxo Eva/Maria são explanadas pelo medievalista Howard Bloch, em seu livro *Misoginia Medieval: e a invenção do amor romântico ocidental* (1995).

Ele nos explica que nesses *exempla* temos de um lado Eva, representando a figura do pecado, disseminadora do mal, responsável por destruir o relacionamento entre Deus e o homem, e do outro, Maria, a virgem imaculada, serva de Cristo, exemplo a ser seguido pelas virgens, pelas casadas e pelas viúvas, estes modelos endossados por teólogos como Tertuliano, Agostinho, Tomás de Aquino, estão presentes até hoje nas igrejas cristãs em sua maioria e, embora investidos de novas palavras e expressões, ainda embasam e justificam toda uma cultura machista e opressora nos nossos dias (BLOCH, 1995).

Tertuliano analisa o capítulo III do livro de gêneses e associa à figura de Eva e da mulher em geral a um ser fraco que sempre cede às tentações carnis. No combate a esta figura ele adverte as mulheres a viver uma vida de virtuosa, afirmando que assim como a busca por uma vida virtuosa era uma das preocupações da sociedade romana, esta também deveria ser um dos elementos indispensáveis à vida da mulher cristã.

As representações dicotômicas da mulher, tal como a de Eva, representando a figura da mulher carnal que devido à natureza pecaminosa declinaria para o mal e que deveria ter seus desejos contidos através do matrimônio, e Maria, representando um ideal de pureza a ser seguido por todas as mulheres para conseguirem a salvação, foram responsáveis também pela criação de um modelo de mulher “dessexualizada”, fazendo surgir a figura da moça de bem, que se guarda para o casamento e aprende a conter seus desejos e evitar prazeres mundanos (DELUMEAU, 1989).

As diferentes reflexões sobre o corpo, a castidade e a mulher levaram a controvérsias entre os autores cristãos. Tais declarações, muitas vezes ambíguas, estão ligadas ao fato da mulher ser associada às forças da natureza, devido ao poder de fertilidade e, conseqüentemente, de seu papel na reprodução da espécie, pois, diante dessas questões, o homem via a mulher como um mistério, passando a classificá-la como “inferior” (DELUMEAU, 1989).

Dentre as figuras que simbolizavam o feminino no mundo cristão emergente, está a que segundo a moral cristã constituía a personificação do pecado: As prostitutas. Tertuliano na tentativa de desqualificar as mulheres romanas estabelece essa comparação: “*Vejo, agora que não há diferença entre as vestes das senhoras e das prostitutas.*” (TERTULIANO, *Apologético VI*).

A Igreja cristã na defesa de um regramento carnal e, portanto, sexual, condenava oficialmente a prática da prostituição como está posto por Paulo em sua carta aos Coríntios: “*Fugi da prostituição. Todo pecado que o homem comete é fora do corpo, mais o que se prostitui peca contra seu próprio corpo*”. (I Cor. 6:18). Para a Igreja cristã, a prostituição constituía num dos pecados mais abomináveis, uma vez que o prostituto além de pecar contra seu próprio corpo, ainda induzia outra pessoa a pecar: pois “*não sabeis que o vosso corpo é templo do Espírito Santo?*” (I Cor. 6:19).

Segundo Jacques Rossiaud, autor de *A prostituição na idade média* (1991), tentar compreender o significado da prostituição de determinada sociedade, é definir suas estruturas demográficas, desvios sexuais e as mentalidades coletivas dos grupos sociais que a toleram e a reprimem. Rossiaud se debruçou sobre uma pesquisa para entender como se dava esse processo durante a idade média, tomando como exemplo cidades do sudeste da Borgonha até Provença. Ele nos mostra que a prostituição feminina não era um fenômeno exclusivamente urbano mais também rural, e que as moças iam de cidade em cidade adaptando seu itinerário ao calendário das festas e feiras para oferecer seus serviços.

Porém, foi no meio urbano que a prostituição se desenvolveu e se institucionalizou, na sociedade romana tradicional, qualquer um poderia usufruir dos serviços de uma prostituta ou prostituto, a prática era tão comum que muitos deles eram mantidos por autoridades públicas o *prostibulum publicum*. O *prostibulum*, geralmente era construído com dinheiro público e era arrendado a uma *abbesse* ou a um administrador que tinham o monopólio da profissão. No caso de falecimento da *abbesse* o governo passava a administrar diretamente a casa, sua estrutura era organizada de acordo com a importância da cidade (ROSSIAUD, 1991).

Rossiaud nos diz que, “*pode-se afirmar, sem receio de erro, que não existia cidade de certa importância sem bordel*.” (ROSSIAUD, 1991, p. 20). Existiam as prostitutas que trabalhavam em pequenos bordéis organizados por mulheres, e outras que trabalhavam nas ruas indo de hotel a hotel com seus clientes, sendo muitas vezes expostas ao perigo e ameaçadas pela grande concorrência.

Além dos bordéis públicos, existiam as casas de tolerância: os banhos públicos, que muitas vezes serviam como prostíbulo, e eram administrados por autoridades importantes. É necessário perceber que para prática da prostituição, o governo era quem exercia o papel de administrador e mantenedor destes locais, onde as prostitutas estariam proporcionando aos homens o pecado da luxúria e satisfação dos desejos carnis, indo, portanto, contra a ideia de pureza e da obrigação de promover a moral por parte das leis e dos governantes, defendida pelo cristianismo (ROUSSIAUD, 1991).

A igreja condenava não apenas a prostituição, mais ponderava até o matrimônio como também qualquer atividade sexual, pois através do sexo os homens seriam expostos à tentação da carne, e o ideal segundo Paulo seria a manutenção da castidade, como ele afirma: *“Mas se te casares, não pecas, e se a virgem se casar não peca. Todavia os tais padecerão tribulação da carne, e eu quisera poupar-vos.”* (I Cor. 7:28).

Porém, como alternativa as necessidades sexuais dos homens, para que não fossem cometidas violências da carne, nem profanação do casamento a Igreja considerava a prostituição enquanto um “mal necessário” para a manutenção da ordem social e da família como afirma santo Agostinho:

Assim como o verdugo, por repugnante que seja, ocupa um posto necessário na sociedade, assim as prostitutas e seus similares, por mercenárias, vis e imundas que pareçam, são também necessárias e indispensáveis na ordem social. Retirai as prostitutas da vida humana e chegareis ao mundo da luxúria. (AGOSTINHO, Da Ordem, IV apud, PILOSO, p. 68).

O motivo pelo qual a igreja tolerava a prostituição se justificava pelo fato de que seria uma forma de conter os abusos de maneira a não permitir que estes fossem direcionados a mulheres honestas, casadas, virgens ou viúvas. O número de violências sexuais praticadas contra mulheres era alarmante segundo Rossiaud, cometido, na maioria das vezes, por grupos de jovens que saíam fazendo arruaças, praticando assaltos e forçando as moças a fazerem o que eles queriam durante toda a noite (ROSSIAUD, 1991).

Portanto, na visão do cristianismo as prostitutas poderiam ser toleradas na sociedade, pois serviriam nesse propósito de amenizar o número de estupros e a violência, e na prática proporcionam os desejos da carne a membros do clero e aos homens em geral. Para a Igreja a prostituição era necessária em favor do casamento da mesma forma que segundo a bíblia o casamento deve ser constituído para combater a prostituição como afirma Paulo: *“Mas por causa da prostituição, cada um tenha sua própria mulher, e cada uma tenha seu próprio marido.”* (I Cor. 7: 2).

Apesar desta ligação entre exercício da pureza e a prática da prostituição, a sociedade dos tempos de Tertuliano (II-III) e de Agostinho (V) geralmente tentava separar as “meretrizes” de seu convívio, desta forma estas eram classificadas como vagabundas disseminadoras de doenças, e forçadas a habitarem bairros especiais, sendo proibidas de morarem perto de pessoas idôneas, tendo que usar roupas e adornos que as distinguissem das “mulheres de bem”.

Um dos fatos que demonstram uma visão dualista acerca da prostituição era a classificação das prostitutas como agentes do demônio, sendo praticantes de um dos piores pecados: a fornicção, pois este tipo de pecado não trazia o opróbrio apenas para ela mais também para a alma dos seus clientes, que eram vários, entre eles estavam *“homens livres,*

casados, clérigos, consangüíneos e até religiosos” (ROMANS, apud PILOSO, 1995, p. 280) e, por outro lado, elas livravam as mulheres de bem desses abusos.

Apesar de representar a prostituta como uma mulher de corpo pecaminoso, o cristianismo pregava que havia salvação para essas mulheres mediante o arrependimento e a total rejeição da antiga vida de promiscuidade, o proselitismo cristão tinha como missão promover o resgate dessas almas por meio de sermões onde os pregadores fazem o uso dos *exempla*, histórias que narravam à vida de pecadoras arrependidas a fim de exortar as prostitutas ao arrependimento (ROSSIAUD, 1991).

A aceitação dessas mulheres no seio religioso se deu a partir da criação da figura de Maria Madalena, a prostituta arrependida que quando condenada por todos recebeu o perdão de Jesus, e mudou de vida passando a ser um exemplo de mulher virtuosa.

As prostitutas que aceitassem o caminho do arrependimento eram exortadas mediante três argumentos principais: o primeiro era o de que a misericórdia era abundante para perdoá-las, segundo que elas deviam temer a condenação eterna e terceiro a mesma graça concedida a Maria Madalena, estaria disponível para elas, a fim de devolvê-las a pureza da virgem Maria (PILOSO, 1995).

Após se arrepender a prostituta deveria cumprir penitência devido à gravidade de seus pecados, esta penitência era determinada por uma autoridade religiosa:

É necessário prescrever a todas as mulheres uma penitência solene, para que sua penitência seja pública como o era seu pecado. Vemos, por outro lado, que algumas delas, por penitência cortam os cabelos e enverga, o cilício porque uma tal imundície carnal não pode ser expiada senão a custa de severos sacrifícios da carne. (CHOBHAM, apud PILOSO, p. 350).

Muitas vezes a prostituta arrependida tinha sua morte desejada para que servisse de punição para sua vida de pecados, *“de fato, conforme é necessário matar ladrões, assim Deus antecipa a morte dessas pecadoras que são tão prejudiciais para as almas”* (ROMANS, apud PILOSO, 1995, p 196).

A prostituta podia ser recuperada para a vida social através de um bom casamento, ou por meio de uma vida de mortificação da carne e penitências. Uma vez inseridas no contexto religioso surgiram então indagações acerca da aceitação ou não do dízimo ou de esmolas por elas ofertadas. Muitos clérigos resistiam em aceitar a caridade destas mulheres.

As esmolas, portanto passaram a ser aceitas segundo o tipo de conduta das prostitutas, se estas praticassem a prostituição com fins mercenários, este dinheiro deveria ser aceito devido à natureza justa de seu ganho, todavia se a meretriz exercesse a atividade apenas para satisfazer

seus desejos carnis, este não deveria ser aceito, pois não se tratava de um trabalho e sim de um meio ilícito segundo:

E ainda, as prostitutas devem ser consideradas como mercenárias de fato alugam os seus corpos para práticas torpes, mas, porque trabalham com esses seus corpos, têm o direito de conservar aquilo que recebem pelo seu trabalho [...]. Mas se deseja a luxúria e vende o seu corpo para satisfazer, então não vende o seu trabalho e, portanto, actua e recebe desonestamente. (CHOBHAM, apud PILOSO, 1995, p. 296).

Nesta lógica a Igreja cristã ia de encontro à própria ordem dada por Moisés ao seu povo onde em Deuteronômio, ele afirma: “*Não trarás salário de prostituição nem homem nem mulher á casa do senhor teu Deus em pagamento de algum voto porque ambos o senhor teu Deus abomina.*” (Dt. 16:12).

A Igreja sempre se valeu de vários argumentos para justificar o recebimento de dízimos e ofertas vindas de prostitutas:

É evidente que a prostituta pode utilizar a sua discricão e o dinheiro recebido e, após o arrependimento, utilizá-lo para obras piedosas porque está escrito que Maria Madalena tinha adquirido, praticando a prostituição com seu corpo, o unguento com que ungiu os pés do Senhor, o qual não o teria aceitado se este tivesse sido comprado com dinheiro ilícito. A prostituta deve, portanto, purificar-se do seu pecado através da penitência porque, após a purificação, o dinheiro que ganhou será ele também purificado. (CHOBHAM, apud PILOSO, 1995, p. 352).

Com o passar do tempo a igreja passou a aceitar o *pretium prostibuli*, na forma de esmola ou dízimo. Ou seja, esta prática passou a ser encarada de outra forma a partir do momento em que se converteu em benefícios para igreja, sendo legalizada pelos clérigos através de argumentos encontrados nas escrituras. Fica claro, que desde a ascensão do cristianismo bem como ao longo da idade média a Igreja apoiou ou perseguiu ideias e práticas que as valorizasse, sempre visando alcançar seus objetivos, não sendo diferente com a prostituição, atividade renegada pela bíblia, condenada pela igreja, e vista pela mesma como válvula de escape para os desejos carnis masculinos. (ROSSIAUD, 1995).

A interpretação da figura de Maria, a Virgem que resgata o pecado original e oferece um modelo que contrasta com a Eva pecadora, é então interiorizada como símbolo da mulher pura imaculada, “a esposa de Cristo”, exemplo que deveria ser seguido pelas virgens, pelas casadas exercendo o papel de boa mãe e esposa, e pelas viúvas, como exemplo de seguidoras fiéis de Cristo.

As mulheres que não seguiam esse modelo eram consideradas transgressoras da ordem social. As prostitutas eram consideradas como um anti-modelo de mulher embora fossem

consideradas como um “mal necessário”. Na construção dessa mulher ideal subordinada ao homem, as desviantes são associadas às prostitutas.

Toda literatura misógina, escrita pelos eclesiásticos tinham o objetivo de mantê-los longe das mulheres e estabelecer a ideia de moral e de casamento cristão. Apesar de a Igreja adotar uma postura moralista com relação às questões sexuais, práticas contraditórias ao idealismo cristão como a prostituição eram tidas como uma necessidade para a manutenção da ordem social e preservação do sagrado matrimônio, com o intuito de diminuir a violência.

A criação das figuras representativas de Eva, Maria e Madalena, traduzem a mentalidade acerca do feminino na idade média que classificava a mulher de acordo com o seu grau de submissão aos costumes da época (BLOCH, 1995).

No período de Tertuliano, com a criação dos *exempla* surgiu a necessidade de criar mecanismos para admoestar as mulheres cristãs, pois, por serem incapazes de interpretar as escrituras precisavam da orientação dos padres a fim de seguirem as regras de conduta, e com isto criar a diferenciação entre as mulheres cristãs e as denominadas "pagãs". Tertuliano enquanto um dos maiores misóginos do cristianismo ocidental retrata as mulheres cristãs por meio de dois temas principais: o matrimônio e a castidade.

Para instruí-las acerca da modesta, Tertuliano dedicou várias de suas obras ao aconselhamento das mulheres, entre elas *Ad Uxorem* (A esposa) obra em que nosso autor disserta sobre o papel das mulheres no casamento, além de advertir as viúvas sobre a obtenção de segundas núpcias, e todas as suas implicações, encorajando com isso a castidade e abstinência. Esta obra situa-se por volta dos anos de 198-204 quando ele ainda era adepto do cristianismo (PODOLAK, 2010).

Em *De Exhortatione Castitatis* (Exortação à Castidade) Tertuliano prega a importância de uma vida casta para as mulheres e traça seu papel dentro do casamento para a manutenção da ordem cristã na família. *De Virginitibus Velandis*, obra redigida por volta do ano de 213, vem explicar como as virgens devem portar o véu, acompanhada de rigorosas prescrições morais, ele demonstra como todas as mulheres, não somente as casadas, a partir da puberdade, devem cobrir a cabeça, em função de uma fragilidade moral do sexo feminino. Por meio do rigorismo acentuado com o montanismo, já presente nesta obra, ele afirma que nem mesmo as virgens consagradas merecem mérito por essa decisão, uma vez que a virgindade é uma graça de Deus e não um mérito humano. (PODOLAK, 2010).

Outra obra endereçada ao público feminino é a *De cultu Feminarum* (O ornamento das mulheres), redigida por volta de 202 a 212 quando ele ainda não era adepto do Montanismo, este escrito traz afirmações francamente misóginas, principalmente ao tratar os ornamentos

femininos. Estes são colocados enquanto invenção de anjos decaídos, e por isso as mulheres cristãs devem rigorosamente evitá-los, postura que encontramos já em Apologético:

Com respeito às mulheres, na verdade, aquelas leis de vossos pais, que costumavam ser de encorajamento à modesta e à sobriedade, caíram também em desuso. Então, uma mulher não sabia o que era possuir, com suas economias, ouro no dedo que não fosse o do anel nupcial com que seu marido tinha, de forma sagrada, se comprometido. (TERTULIANO, Apologético VI).

Baseando-se nos ensinamentos de Paulo em sua carta aos Coríntios, Tertuliano tenta convencer às mulheres cristãs de Cartago, a deixarem o luxo e a vaidade das vestimentas para que eles representassem adequadamente a nova religião que professavam. Além da observação dos ritos na esfera privada, as mulheres deveriam exteriorizar sua conversão através do recato ao vestir-se. Isso se deveu ao fato de que, mesmo após a conversão, os comportamentos ainda permaneciam os mesmos. Fazia-se necessário a exteriorização desses símbolos para efetuar a distinção na sociedade entre “nós” e os “outros”, a fim de consolidar seu projeto de criação desta identidade cristã coletiva.

CONCLUSÃO

Ao realizar o estudo das narrativas de Tertuliano, bem como sua contribuição para a construção de uma identidade para o cristianismo emergente, visamos apontar algumas das tantas contradições presentes nos discursos de autoridade que permeiam os esforços dos escritores cristãos para minar a cultura romana e estabelecer como oficial suas visões de mundo.

Porém, para além de seus esforços nesta construção da moral cristã, trouxemos a tona os estudos de Tertuliano por percebermos que, mesmo sendo um dos maiores representantes da doutrina cristã do século II, as pesquisas sobre o cristianismo geralmente dão mais ênfase às obras de outros escritores posteriores a ele, como Eusébio de Cesárea, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

Percebemos portanto, que muitas das doutrinas e teorias elaboradas por Santo Agostinho já se faziam presentes na obra de Tertuliano, questões como a graça, a teoria da iluminação divina, os discursos misóginos, a visão teológica da história, bem como a defesa implacável dos cristãos junto às acusações dos romanos são elementos que estão presentes nos escritos de Tertuliano, e que encontramos também nas obras de Santo Agostinho. A obra *A Cidade de Deus* é uma das que mais localizamos as influências do pensamento Tertulianista.

Ao escolhermos nosso autor, o fizemos primeiramente pelo desejo de trazer Tertuliano para o centro da análise acerca do cristianismo e pelo fato de, no Brasil, serem poucos os pesquisadores que trabalham diretamente com suas obras. Destacamos as pesquisas de Eduardo Oliveira, que concentra seu estudo na análise da construção da imagem dos mártires na obra de Tertuliano no contexto das perseguições do século II.

No mais, verificamos que em âmbito nacional, ele é utilizado geralmente em breves citações devido, principalmente, às suas afirmações misóginas. Em âmbito local, as pesquisas acerca da filosofia medieval concentram-se em torno das obras de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, o que nos impeliu ainda mais a problematizar as narrativas de Tertuliano.

Uma das dificuldades que enfrentamos foi no tocante a disponibilidade de suas obras, grande parte delas encontra-se digitalizada, porém a grande maioria delas está em outros idiomas, como o latim, o francês e o inglês, o que limitou, de certa forma, as pesquisas mais específicas neste primeiro momento.

Um dos aspectos que consideramos tornar esta pesquisa relevante é o seu recorte espaço/temporal. Vivemos em um cenário local onde as produções acadêmicas estão voltadas,

em sua maioria, para o estudo de questões regionais, tendo pouco estímulo ao estudo dos antigos, provavelmente pela facilidade de estudar o que está próximo. Traçar um estudo a partir de escritores medievais consiste em um diferencial neste cenário de pesquisa, uma vez que podemos reconhecer uma forte influência do saber e dos valores medievais ainda presentes nos discursos atuais acerca da moral.

As visões de Tertuliano do feminino influenciaram as produções cristãs posteriores a exemplo do próprio Agostinho, e deram embasamento para o pensamento cristão, que se estendeu por toda idade média e foi um dos principais colaboradores para a formação de conceitos que tornaram o medievo ocidental como um mundo voltado para o masculino, para o pudor, a rejeição do corpo, e conferiram um lugar de inferioridade e submissão da mulher ao homem, noções estas que estão disseminadas na cultura Ocidental de base cristã.

Voltando a falar sobre a questão da prostituição, segundo Roussiaud, cada sociedade “*cria a prostituição à sua imagem*” (ROUSSIAUD, 1991, p. 13), de acordo com as estruturas sociais, as mentalidades, elaborando para si sentidos e funções para tal prática. A prostituição na Antiguidade Tardia e no Medievo é tida de forma ambígua pelo fato de que os homens, que, na maioria das vezes, condenavam esta prática eram os mesmos que a mantinham.

Uma nuvem de hipocrisia que costuma aparecer sempre que o homem se vê diante do desconhecido. O cristianismo foi o responsável pela disseminação de ideias preconceituosas acerca da prostituição ao longo do tempo, e esta prática ainda é usada como forma de válvula de escape aos limites sexuais impostos pela moral da sociedade (ROUSSEAND, 1991).

Considerando, portanto, Tertuliano enquanto precursor de muitos desses discursos julgadores, pretendemos em uma pesquisa posterior abordar a questão da prostituição por reconhecermos uma forte influência de seu saber e de seu juízo de valor ainda presentes em nossos discursos, bem como na dita moral que herdamos do cristianismo.

FONTES

Bíblia Sagrada. Trad.: João Ferreira de Almeida, São Paulo: Sociedade Bíblica Brasileira, 1995.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. *História Eclesiástica*. São Paulo: Novo século, 2002.

SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus: Contra os pagãos*. 7ª Ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1990 (parte1).

SANTO AGOSTINHO. *Cartas a Proba e a Juliana: direção espiritual*. São Paulo: Paulinas, 1987.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. Oliveira Santos e Ambrósio de Pina, São Paulo: Nova cultural/Círculo do Livro, 1996.

TERTULIANO. *Apologeticum*. Trad. Carmem Castilho Garcia. Madrid. Gredos, 2001.

TERTULIANO. *Apologia*. Trad. José Fernandes Vidal/ Luiz Fernando Karps Pasquotto. Disponível em: www.tertullian.org/brazilian/apologia.html.

TERTULIANO. *O Ornamento das Mulheres*. Disponível em: <http://www.intratext.com/IXT/LAT0750/>

TERTULIANO. *De Exhortatione Castitatis*. Disponível em: <http://www.intratext.com/IXT/LAT0744/>

TITO LÍVIO. *História de Roma. (Ab Urbe Condita Libri)*. São Paulo: Paumape, 1989 (vol.1).

BIBLIOGRAFIA

- BAUDELAIRE, Charles. *As Flores do Mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BELTRÃO, Claudia Rosa. “A Religião na Urbs”. MENDES, Norma Musco. SILVA, Gilvan Ventura da. (orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, ES: EDUFES, 2006.
- BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. “Práticas Culturais no Império Romano: Entre a Unidade e a Diversidade”. MENDES, Norma Musco. SILVA, Gilvan Ventura da. (orgs.). Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad, ES: EDUFES, 2006.
- BLOCH, R. Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- BROWN, Peter. *Antiguidade Tardia*. In: ARIÉS, P. DUBY, G. História da Vida Privada: Do Império Romano ao Ano Mil. São Paulo: Companhia das Letras. 1989. Vol.1. 225-300 p.
- BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade, O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- CAROLINA, Ana. *Era*. Disponível em: <http://ana-carolina.com/#/discografia/discografia-cd/>.
- CARCOPINO, Jérôme. *Roma no apogeu do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. *Por uma Memória das coisas Romanas: A noção de História em Tito Lívio*. Campina Grande: UFCG, 2010 (Monografia de conclusão de Licenciatura em História).
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- FIGUEIREDO, Fernando Antônio. *Curso de Teologia Patrística II, a vida da Igreja Primitiva (séc. III)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GILSON, Étienne. *O Espírito da Filosofia Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GRIMALL, Pierre. *O Amor em Roma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma História do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEITE, Gabriela. *Filha Mãe e Avó Puta, A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. São Paulo: Objetiva, 2009.
- LIÉBAERT, Jacque. *Os Padres da Igreja (séculos I-IV)*, São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, 1844-1900. *A Genealogia da Moral*; 3 ed. – São Paulo: Escala, 2009
- PILOSU, Mário. *A mulher, a Luxúria e a Igreja na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- PODOLAK, Pietro. *Tertuliano*. São Paulo: Edições Loyola. 2010.
- ROBERT, Jean-Nöel. *Os Prazeres em Roma*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ROSSIAUD, Jacques. *Prostituição na Idade Média*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SIQUEIRA, Silvia Márcia Alves. *Instruir as Mulheres: admoestação à modesta do De Cultu Feminarum de Tertuliano*. Disponível em:
<http://educa.fcc.org.br/pdf/actaeduc/v33n02/v33n02a03.pdf>
- SIMON & BENOIT. *Judaísmo e Cristianismo Antigo*, São Paulo: Pioneira. 1987.
- SOUZA, Márcio Luciano Fernandes de. *Cristianismo: Das perseguições a (Con)sagração*. Crato: URCA, 2004. (Monografia de conclusão de curso de especialização em Estudos Clássicos - Cultura greco-romana).
- OLIVEIRA, Eduardo Soares de. *A construção da imagem do Mártir da obra Apologeticum de Tertuliano*. Disponível em:
http://poshistoria.historia.ufg.br/uploads/113/original_18_EduardoOliveira_AConstrucaoDalmegegDo.pdf.
- VEYNE, Paul. “O Império Romano”. In: ARIÉS, P. DUBY, G. História da Vida Privada: Do Império Romano ao Ano Mil. São Paulo: Companhia das Letras. 1989. Vol.1. 23-223 p.

_____. *A sociedade Romana*. Trad.: Maria Gabriela de Bragança, Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. *Quando Nosso Mundo de tornou cristão*. Trad.: Marcos de Castro, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.